

### 3.2.3 Análise da dinâmica social

A análise das condições de vida e da situação populacional dos Municípios pertencentes à ÁREA DE PLANEJAMENTO é ferramenta necessária para medir os resultados do desenvolvimento do turismo da região, de maneira a evitar os impactos negativos sobre as populações locais. Assim, o quadro populacional dos Municípios e do Estado é analisado procurando observar as tendências em relação à distribuição urbana e rural, por sexo, densidade e faixa etária, além de análises para os indicadores sociais, especialmente no que diz respeito às condições de saúde, ao quadro educacional e ao nível de renda da população receptora do turismo.

A fim de realizar as análises acima descritas foram utilizados diferentes instrumentos metodológicos. Primeiramente, foi realizada a coleta de dados populacionais, bem como dos índices medidores das carências sociais em fontes oficiais seguras. Consultaram-se dados e análises censitárias oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), pela Fundação João Pinheiro (FJP), além de visitas e entrevistas aos órgãos localizados na região estudada.

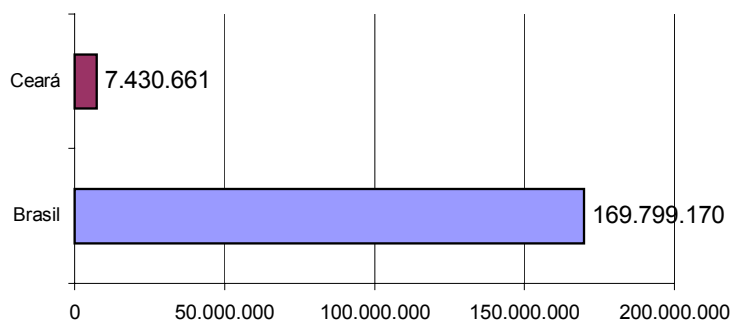
Por último, procurou-se compreender o contexto demográfico e social a partir da observação direta da realidade. Para tanto, foi realizada pesquisa de campo por meio de reuniões com representantes dos diversos segmentos e autoridades locais de todos os Municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO.

Os principais indicadores sociais podem ser visualizados na Tabela DDE 26, e são descritos com maiores detalhes nos itens a seguir.

#### 3.2.3.1 População

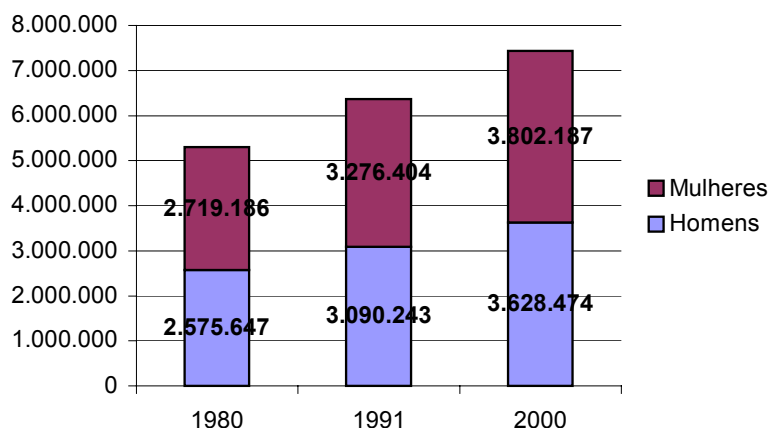
- **Ceará**

O Estado do Ceará atingiu, segundo os resultados do Censo Demográfico de 2000, 7.430.661 habitantes, o que representa uma concentração de 4,37% da população total brasileira que, por sua vez, atingiu, na mesma data, 169.799.170 habitantes.



**Figura DDS 01. Comparativo – 2000 –**  
 População Total Brasil x População Ceará (Fonte:  
 IBGE)

Segundo análises realizadas pela Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o contingente populacional cresceu, até 1996, a um ritmo de 1,38% ao ano. Isso evidencia uma clara desaceleração populacional. Este fato está ligado ao declínio da natalidade ocorrido no Brasil, especialmente a partir de 1980.



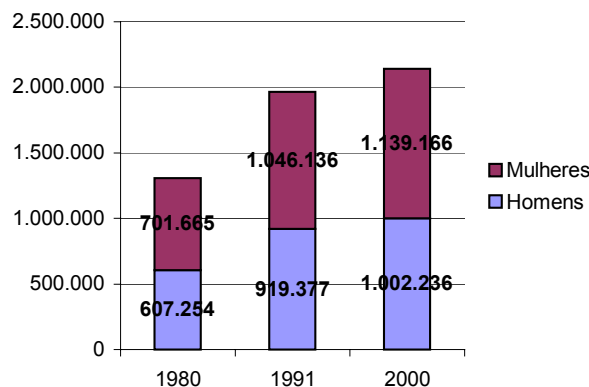
**Figura DDS 02. População Residente – Recenseamentos Gerais – CEARÁ**  
(Fonte: IBGE)

A desaceleração populacional pode ser visualizada nas três últimas décadas, pois, entre 1980 e 1991, o crescimento da população do Ceará em números absolutos foi de 1.071.814. Já, entre 1991 e 2000, constata-se um crescimento de 1.064.014 habitantes.

Embora, em números absolutos, tal desaceleração manifeste-se de forma ligeira, estes dados confirmam a tendência já observada pelo IBGE, a partir das análises do crescimento populacional do Estado do Ceará entre 1960 e 1996, da intensificação da queda da natalidade.

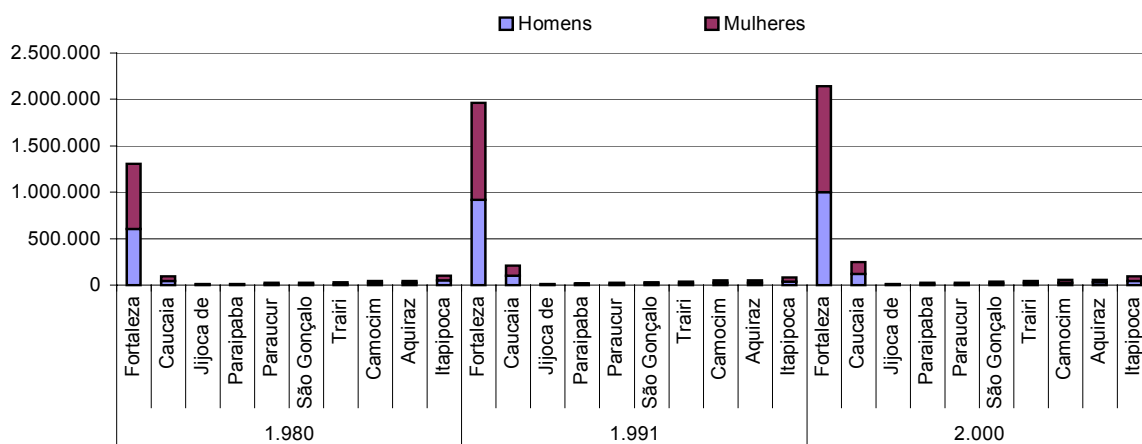
▪ **Municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO do Pólo Ceará Costa do Sol**

O Estado do Ceará possui, atualmente, 184 Municípios. O mais populoso, segundo o censo de 2000, é Fortaleza, com 2.141.402 habitantes. Depois de Fortaleza, encontram-se Caucaia com 250.479 habitantes, Juazeiro do Norte com 212.133 habitantes, Maracanaú com 179.732 habitantes e Sobral com 155.276 habitantes. Na ÁREA DE PLANEJAMENTO, Fortaleza e Caucaia são os mais populosos, seguidos por Itapipoca, Aquiraz e Camocim.



**Figura DDS 03. População Residente – Recenseamentos Gerais – Fortaleza**  
(Fonte: IBGE)

O gráfico a seguir apresenta a comparação populacional dos municípios DA ÁREA DE PLANEJAMENTO e permite verificar realidades populacionais profundamente diferentes. Fortaleza destaca-se pelo grande contingente populacional, com mais de 2.000.000 de habitantes, enquanto Jijoca de Jericoacoara, o menor Município do ponto de vista populacional, conta com menos de 13.000 habitantes. Sete dos dez Municípios analisados apresentam populações que variam entre 25.000 e 95.000 habitantes aproximadamente. São eles: Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Trairi, Camocim, Aquiraz e Itapipoca.



**Figura DDS 04. População Residente – Recenseamentos Gerais – ÁREA DE PLANEJAMENTO (Fonte: IBGE)**

Observa-se que Fortaleza representa o centro de concentração populacional da ÁREA DE PLANEJAMENTO. Essa característica pode ser comprovada quando se analisa que mesmo Caucaia sendo considerada a segunda maior cidade do Estado, sua população acima de 250.000 habitantes (IBGE 2000) representa apenas 11,7% da população de Fortaleza. O Município de Jijoca de Jericoacoara apresentou o menor contingente populacional da ÁREA DE PLANEJAMENTO. Itapipoca foi a 3ª maior cidade, com uma população total de 94.369 habitantes, representando 1,26% da população total do Ceará. Apresentou, entre 1980 e 1991, desaceleração populacional.

Aquiraz atingiu uma população total de 60.469 habitantes, representando 0,81% da população total do Estado enquanto Camocim contava com 55.448 habitantes, representando 0,74% da população total do Ceará.

Trairi contava, no mesmo ano, com 44.527 habitantes, e São Gonçalo, com 35.608, representando 0,60% e 0,48% da população total do Estado, respectivamente.

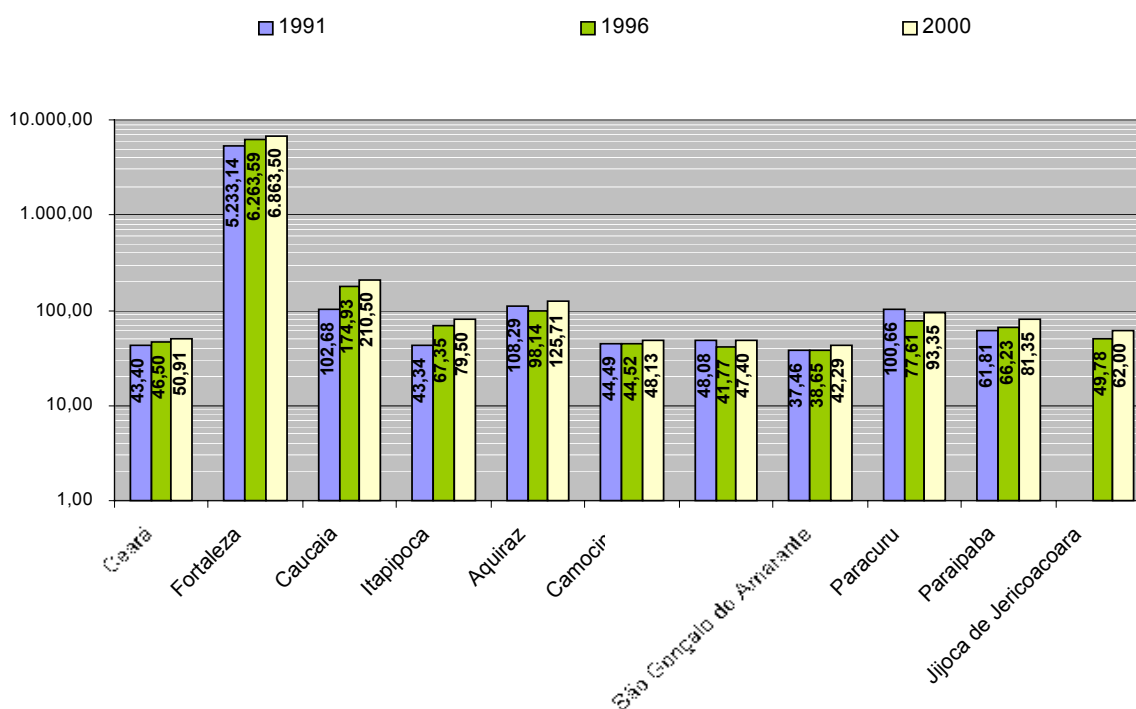
O Município de Paraipaba com 25.462 habitantes representava 0,34% da população do Ceará. A população de Paracuru, por sua vez, com 27.541 habitantes representava 0,37% da população do Estado do Ceará, conforme o recenseamento realizado em 2000. É relevante observar que tanto no Município de Paraipaba, quanto no Município de Paracuru houve um decréscimo populacional entre 1980 e 1991, porém o crescimento foi retomado a partir de 1991. No Município de Paraipaba, houve um crescimento significativo do número de habitantes entre 1991 e 2000, de 14.659 habitantes e, em Paracuru, houve um crescimento populacional de 4.523 habitantes no mesmo período.

### 3.2.3.2 Densidade demográfica

A densidade demográfica do Estado do Ceará<sup>1</sup> cresceu, entre 1996 e 2000, 9,4%, passando de 46,50 hab/km<sup>2</sup> para 50,91 hab/km<sup>2</sup>.

O Município com o mais alto índice do Estado é, sem dúvida alguma, Fortaleza. Percebe-se que, de uma concentração de 5.233,14 hab/km<sup>2</sup> em 1980, a cidade alcançou, em 2000, 6.853,50 hab/km<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> No Estado do Ceará há Municípios com baixa densidade demográfica, como Santa Quitéria (9 hab/km<sup>2</sup>), Solonópole (11 hab/km<sup>2</sup>) e Irauçuba (12 hab/km<sup>2</sup>).



**Figura DDS 05.** Densidade Demográfica 1991-2000 (Fonte: IBGE)

Os Municípios de Caucaia e Aquiraz, depois de Fortaleza, são os mais populosos se comparados aos demais do Pólo Ceará Costa do Sol. Em Caucaia, a densidade demográfica passou de 102,68 hab/km<sup>2</sup>, em 1991, para 210,5 hab/km<sup>2</sup>, em 2000. No Município de Aquiraz, embora seja constatada uma ligeira queda no índice durante o período de 1991 a 1996, com 108,29 hab/km<sup>2</sup> e 98,14 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente, voltou a alcançar uma taxa de densidade demográfica alta, de 125,71 hab/km<sup>2</sup>, em 2000.

Os Municípios de São Gonçalo do Amarante, Camocim e Trairi apresentaram índices de densidade demográfica semelhantes em 2000, com 42,29 hab/km<sup>2</sup>, 48,13 hab/km<sup>2</sup> e 47,4 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente. Nas duas primeiras localidades percebe-se que a densidade vem crescendo ao longo dos anos, enquanto, em Trairi, a tendência é de queda, especialmente entre 1991 e 1996.

Nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara, Itapipoca, Paraipaba e Paracuru, a taxa de densidade demográfica estava compreendida, em 2000, entre 62,00 hab/km<sup>2</sup> e 93,35 hab/km<sup>2</sup>. Com exceção de Paracuru, os demais Municípios apresentam um crescimento significativo do índice de densidade demográfica.

É relevante destacar que estudos realizados pelo IBGE demonstram que, dos dez Municípios com as maiores taxas de crescimento do Estado do Ceará na última década, o Município de Jijoca de Jericoacoara apresentou o maior percentual, com 10,74%.

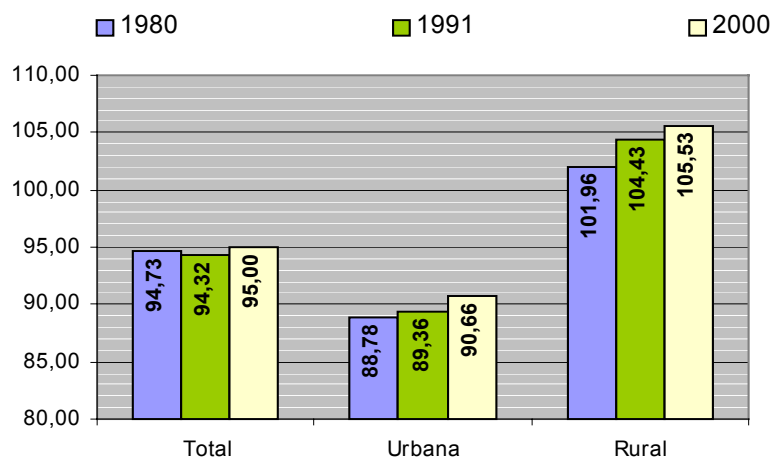
### 3.2.3.3 Estrutura sexo e idade

O Censo Demográfico de 2000 no Estado do Ceará indicou um excedente de 143.496 mulheres em relação ao número total de homens, resultando numa razão de sexo de 95,43%. A análise deste indicador, segundo as situações de residência urbana e rural indicam cenários opostos.

Enquanto a área urbana do Estado do Ceará registrou, em 2000, um excedente de 240.374 mulheres, com uma razão de sexo de 91,34%, no contexto rural essa relação aparece de forma invertida, já que há um excedente de 66.661 homens (razão de sexo de 106,5%).

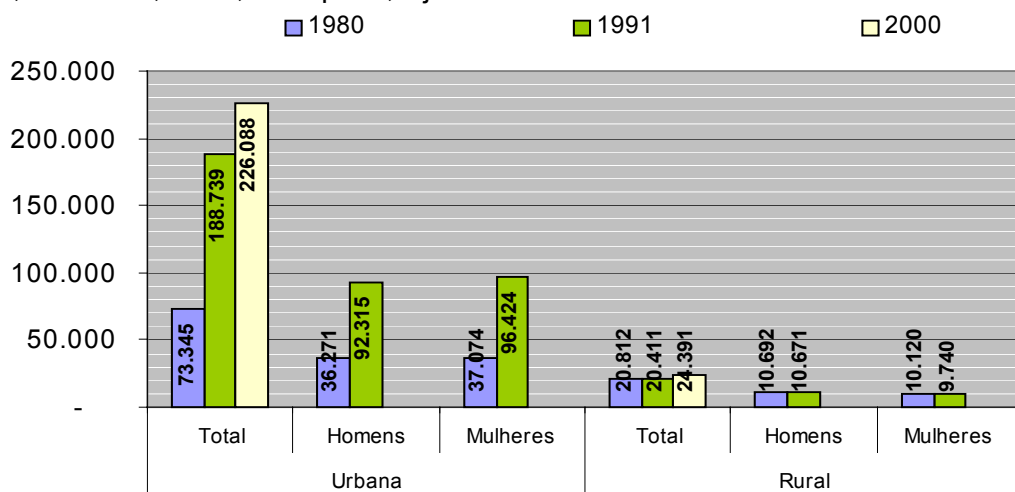
Essa situação confirma a tendência registrada pelo IBGE, durante a Contagem da População 1996, quando, na área urbana do Estado, constatou-se um número médio de 91 homens para cada 100 mulheres e, no contexto rural, a existência de 105 homens para cada grupo de 100 mulheres (IBGE, 1999).

Segundo o IBGE, o número excedente de mulheres nos centros urbanos, e o número excedente de homens na área rural podem ser explicados pela “natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória”. (IBGE, 1996)



**Figura DDS 06.** População residente por situação do domicílio e sexo – CEARÁ (Fonte: IBGE)

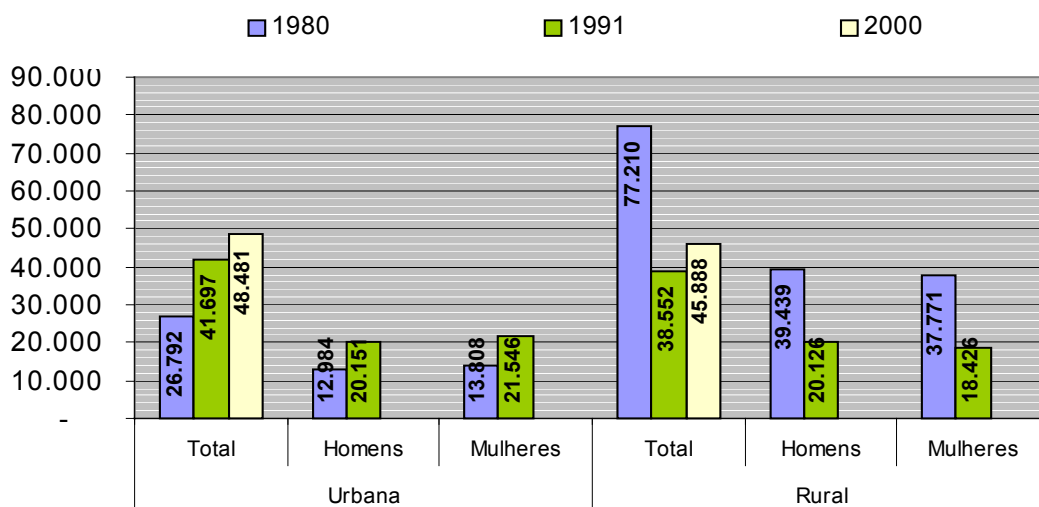
A análise dos indicadores segundo as situações de sexo nos Municípios incluídos na ÁREA DE PLANEJAMENTO levou à constatação de que a maior parte deles registrou um número médio de mulheres acima do número médio de homens nas zonas urbanas. Em contraposição, a população masculina é maior na área rural. É o caso de Caucaia, Itapipoca, Camocim, Trairi, Paraipaba, Jijoca de Jericoacoara e Paracuru2.



**Figura DDS 07.** População residente por situação do domicílio e sexo – Caucaia (Fonte: IBGE)

<sup>2</sup> Os indicadores populacionais por sexo nos contextos rural e urbano dos Municípios, referente ao recenseamento realizado em 2000, estão disponibilizados até a presente data (julho/2002) apenas em sinopse preliminar. Diante disso, os dados apresentados relativos às populações rurais e urbanas por sexo não somam de maneira exata o número total de pessoas residentes nestas áreas exibido nesse documento. É importante observar que, como os dados relacionados ao recenseamento realizado em 2000 ainda estão em fase de divulgação pelo IBGE, procurou-se apresentar dados publicados oficialmente por este instituto. No entanto, a verificação dos números preliminares demonstra que, em 2000, prevalece a existência de maior número de mulheres nas áreas urbanas e, ao contrário, um maior número de homens nas áreas rurais, em todos os Municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO.

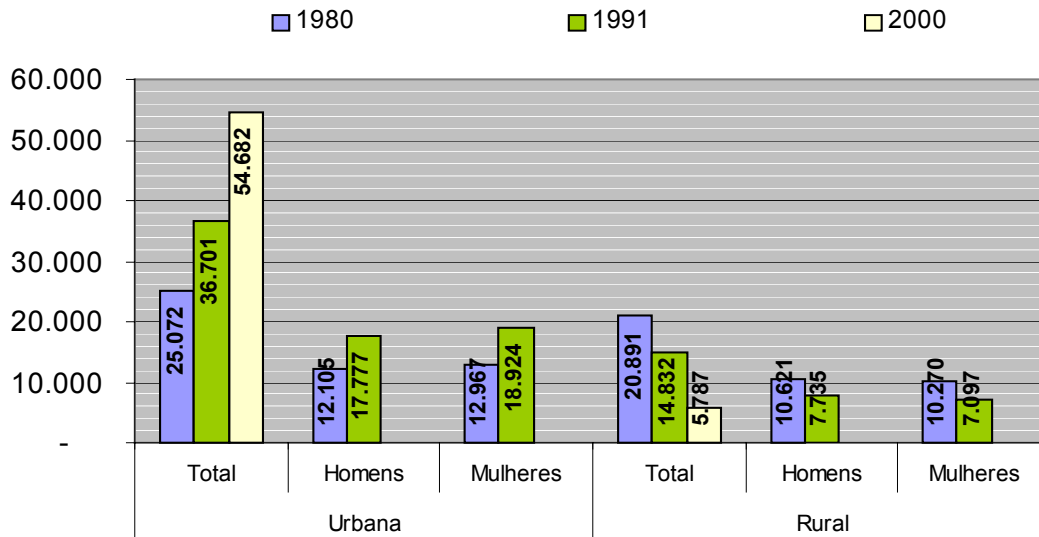
Em Caucaia havia, em 1991, um excedente de 4.109 mulheres na área urbana. Na área rural, em contrapartida, havia um excedente de 931 homens em relação à população feminina. A população por sexo e situação de domicílio da contagem da população 2000 ainda não foi disponibilizada pelo IBGE, em âmbito municipal.



Fonte: IBGE

**Figura DDS 08.** População residente por situação do domicílio e sexo – Itapipoca  
(Fonte: IBGE)

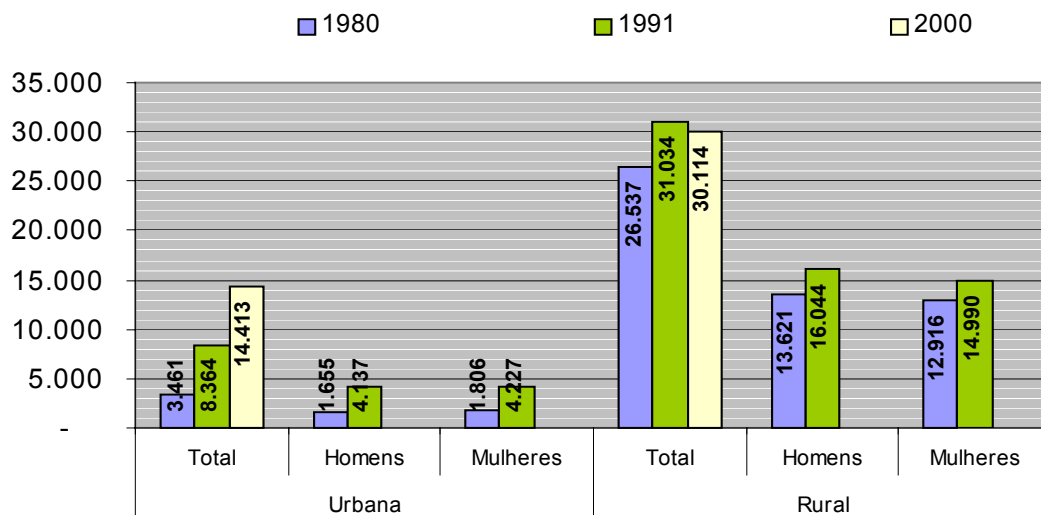
Da mesma forma, o Município de Itapipoca apresentava, em 1991, na área urbana, uma população feminina excedente de 1.395 mulheres. De maneira diversa, no contexto rural havia 20.126 homens e 18.426 mulheres, ou seja, um excedente masculino de 1.700.



Fonte: IBGE

**Figura DDS 09.** População residente por situação do domicílio e sexo – Camocim

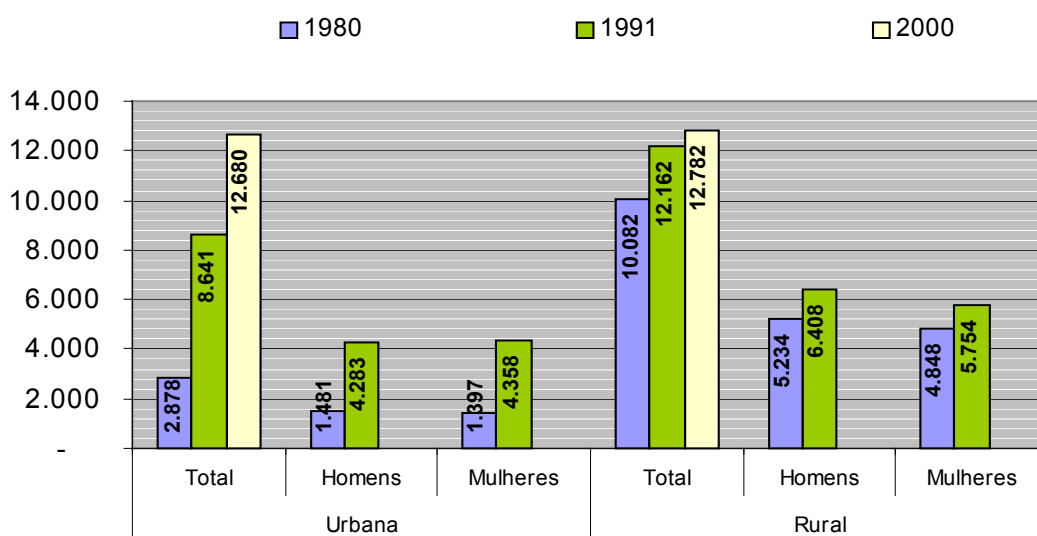
Na área urbana do Município de Camocim havia um excedente de 1.147 mulheres, em 1991. No contexto rural, o excedente masculino era de 638.



Fonte: IBGE

**Figura DDS 10.** População residente por situação do domicílio e sexo – Trairi

No Município de Trairi, a população feminina excedente na área urbana era muito pequena, ou seja, existiam 90 mulheres excedentes em 1991; já, na área rural, o número de homens excedentes nessa mesma data era de 1.054.

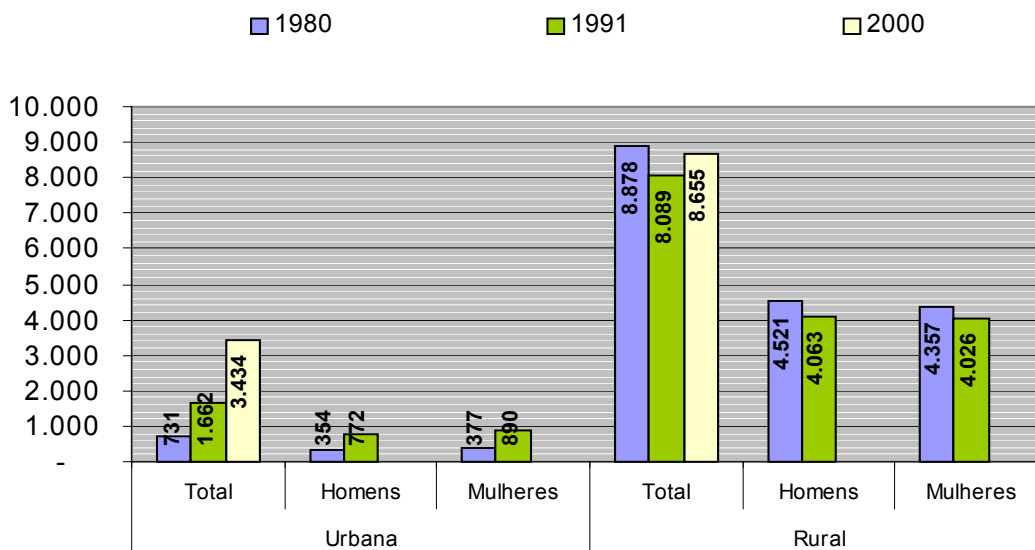


Fonte: IBGE

**Figura DDS 11.** População residente por situação do domicílio e sexo – Paraipaba (Fonte: IBGE)

Assim, como no Município de Trairi, com 75 mulheres excedentes, há um ligeiro excedente de mulheres no contexto urbano, no Município de Paraipaba (Contagem de População 1991).

Em relação à situação de sexo na área rural, notou-se um excedente de 654 homens em relação à população feminina na mesma data.

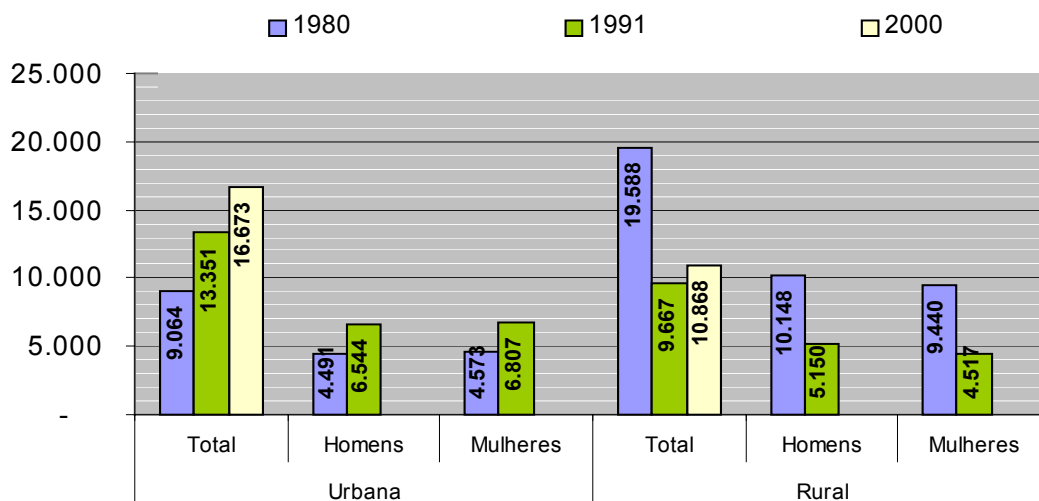


Fonte: IBGE

**Figura DDS 12.** População residente por situação do domicílio e sexo – Jijoca de Jericoacoara

No Município de Jijoca de Jericoacoara, o excedente de mulheres na área urbana era mais significativo do que o excedente masculino no contexto rural.

Em 1991, havia 890 mulheres e 772 homens na zona urbana (excedente de 118 mulheres). No contexto rural, existiam 4.063 homens e 4.026 mulheres, com um excedente masculino de 37. Vale observar que os números relativos ao ano de 1980 retratam Jijoca de Jericoacoara ainda na condição de distrito, já que ocupou a categoria de município apenas em 1991.

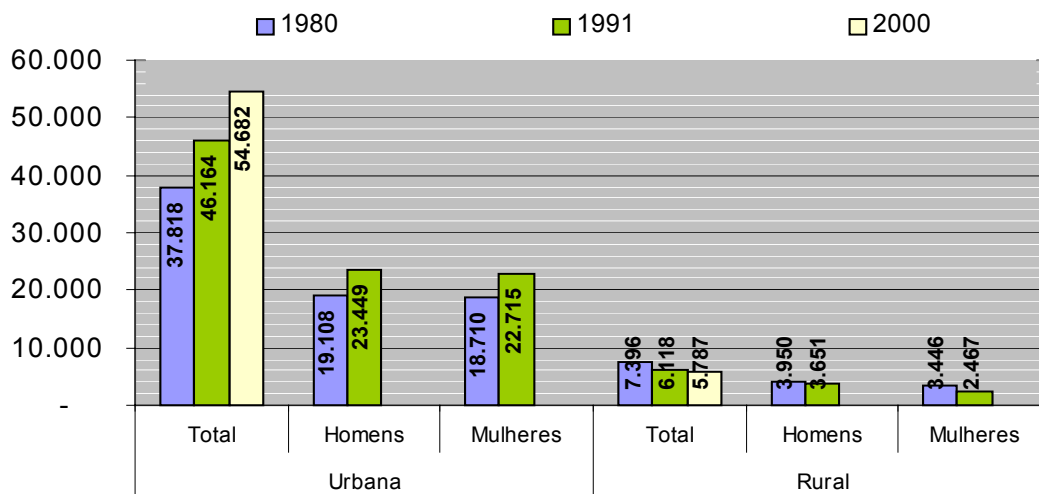


Fonte: IBGE

**Figura DDS 13.** População residente por situação do domicílio e sexo - Paracuru

No Município de Paracuru, o recenseamento realizado em 1991 revela a existência de um número excedente de mulheres na área urbana de 263. Ao contrário, na zona rural, a população masculina é maior, já que se verifica um excedente de 633 homens

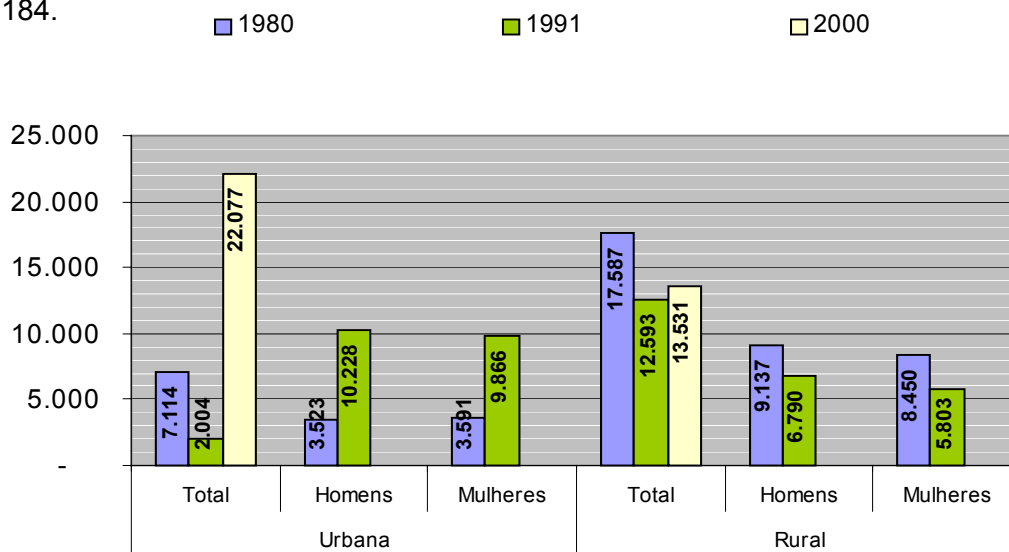
Os Municípios de Aquiraz e de São Gonçalo do Amarante têm uma realidade diferente dos demais apresentados até o momento. Ambos contavam com excedente masculino tanto no contexto rural, quanto no contexto urbano.



Fonte: IBGE

**Figura DDS 14.** População residente por situação do domicílio e sexo - Aquiraz

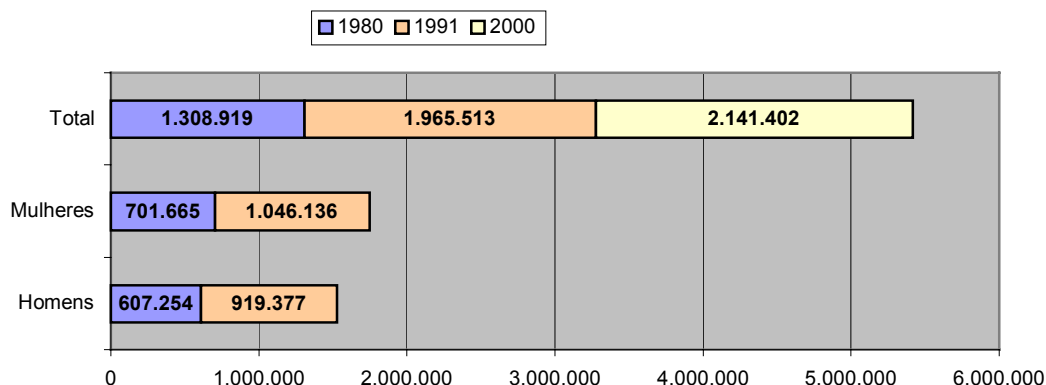
Na área urbana do Município de Aquiraz havia uma população total masculina de 23.449 e uma população total feminina de 22.715 em 1991, ou seja, contava-se com um excedente de 734 homens. Da mesma forma, no contexto rural o excedente de homens era de 1.184.



Fonte: IBGE

**Figura DDS 15.** População residente por situação do domicílio e sexo - São Gonçalo do Amarante (Fonte: IBGE)

O excedente de homens no contexto urbano em 1991, no Município de São Gonçalo do Amarante era de 362. Na área rural essa situação repete-se de maneira mais acentuada, pois havia um excedente de 987 homens.



**Figura DDS 16.** População urbana por sexo – Fortaleza (Fonte: IBGE)

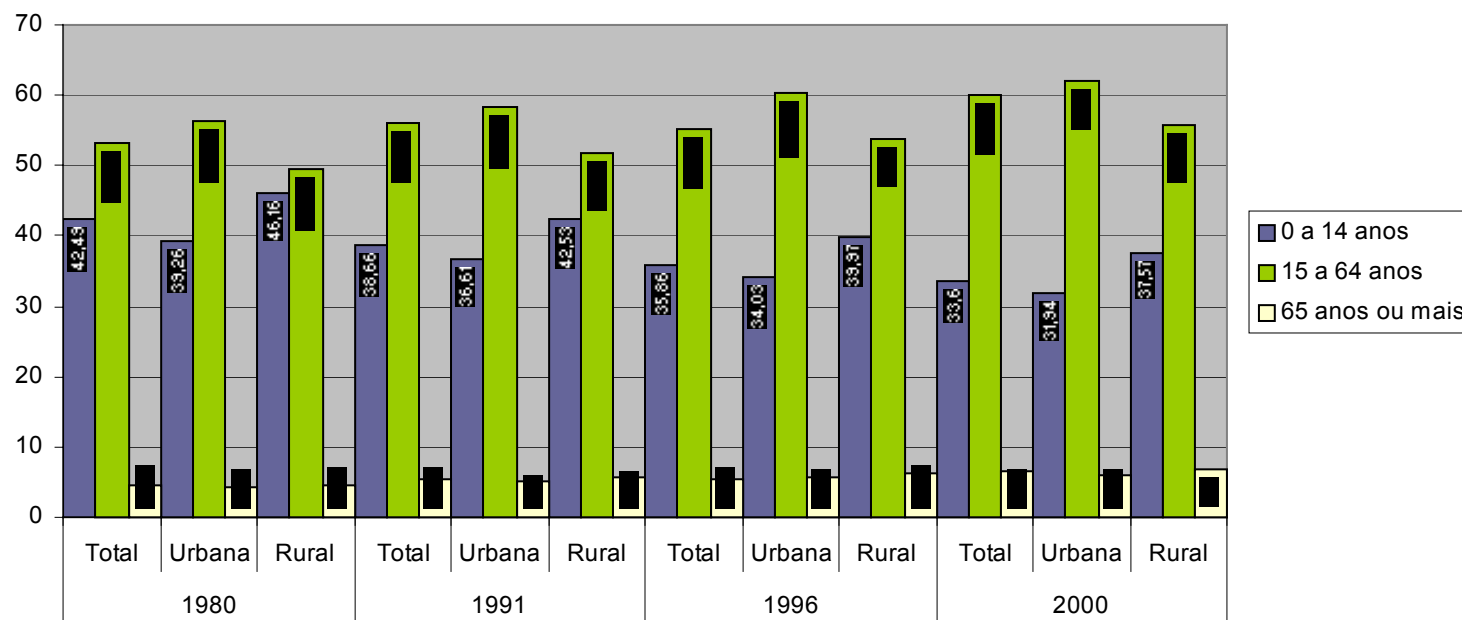
Finalmente, o único Município que não apresenta população rural é o de Fortaleza. Nesse caso, nota-se a existência de um número elevado de mulheres em relação à população masculina. O excedente, em 1991, foi de 126.759 mulheres.

#### 3.2.3.4 Estrutura por idade

Em relação à estrutura etária da população brasileira, ainda mediante as análises dos pesquisadores do IBGE, verificou-se que, até o início dos anos 80, a população era predominantemente jovem, traço ligado aos altos níveis de natalidade no país.

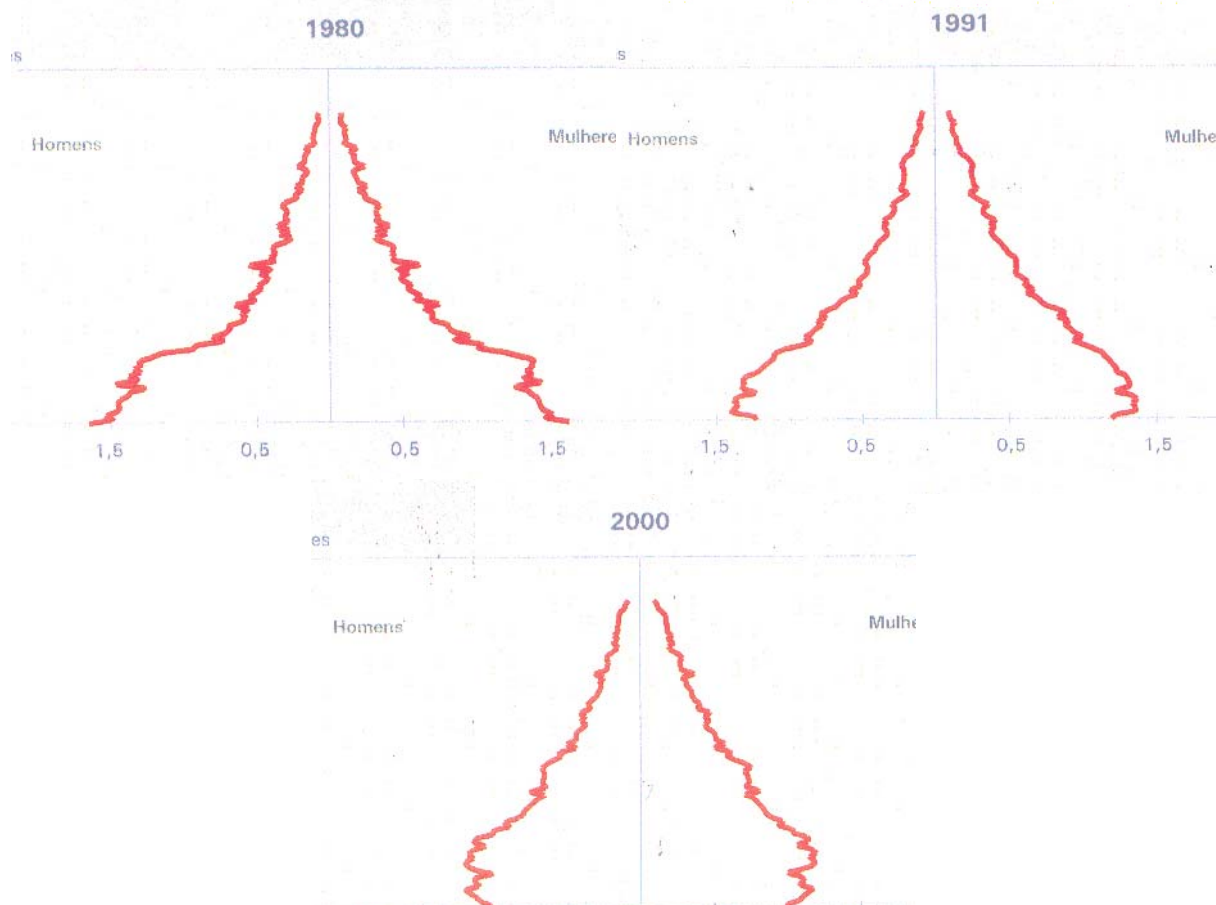
“Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos, desde meados da década de 60, momento em que se introduziram no Brasil os métodos anticoncepcionais orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando” (IBGE 1999)

Atualmente, estudos mostram um processo de envelhecimento da população brasileira. O Estado do Ceará apresentou características de uma população ainda jovem, com tendências ao envelhecimento, situação semelhante à dos demais Estados da região Nordeste.



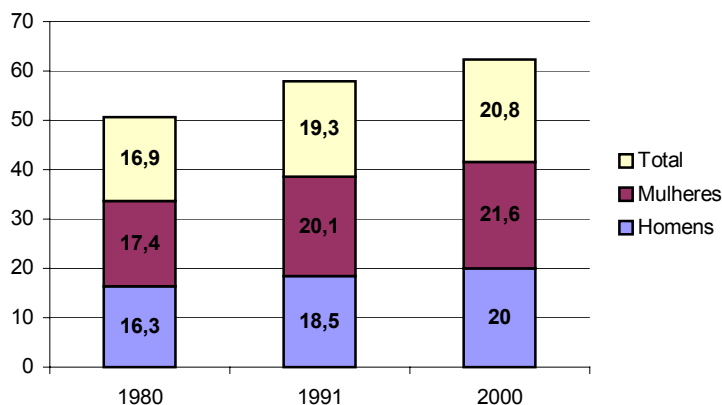
**Figura DDS 17.** Distribuição etária, em percentual, dos grandes grupos populacionais por situação do domicílio – Ceará

É possível observar alterações na estrutura etária revelada para o Estado do Ceará, principalmente a partir da última década. Nota-se o declínio generalizado da natalidade no Estado, associando-se à redução da mortalidade, especialmente, a partir dos anos 90. Essas alterações confirmam o início do processo de envelhecimento da população cearense, mantendo a tendência brasileira, conforme mostram as figuras abaixo.



**Figura DDS 18.** Composição da população residente por sexo e idade – Ceará 1980/2000 (Fonte:IBGE)

É interessante lembrar, ainda, que a relação entre idade e condição de inatividade pode indicar uma razão de dependência que caracteriza o peso dos idosos e dos jovens sobre a população que poderia exercer atividades produtivas. Os estudos da condição etária realizados pelo IBGE sugeriram que os grupos de 0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade não pertenceriam ao contingente populacional com potencialidade ativa.



**Figura DDS 19.** Idade mediana da população residente, por sexo – Ceará (Fonte:IBGE)

Segundo o IBGE, em 1991, a idade mediana da população cearense era de 19,3 anos. Esta idade dividia a população do Estado do Ceará em dois blocos de 50% cada. Em 2000, a idade mediana alcançou 20,8 anos.

No que tange aos diferenciais entre os sexos, a idade mediana calculada para a população masculina era de 19,9 anos (2000). Já a média de idade calculada para as mulheres era de 21,6 anos de idade. Evidentemente essa situação revela uma maior expectativa de vida entre a população feminina que, por sua vez, é predominante em áreas urbanas, conforme observado anteriormente.

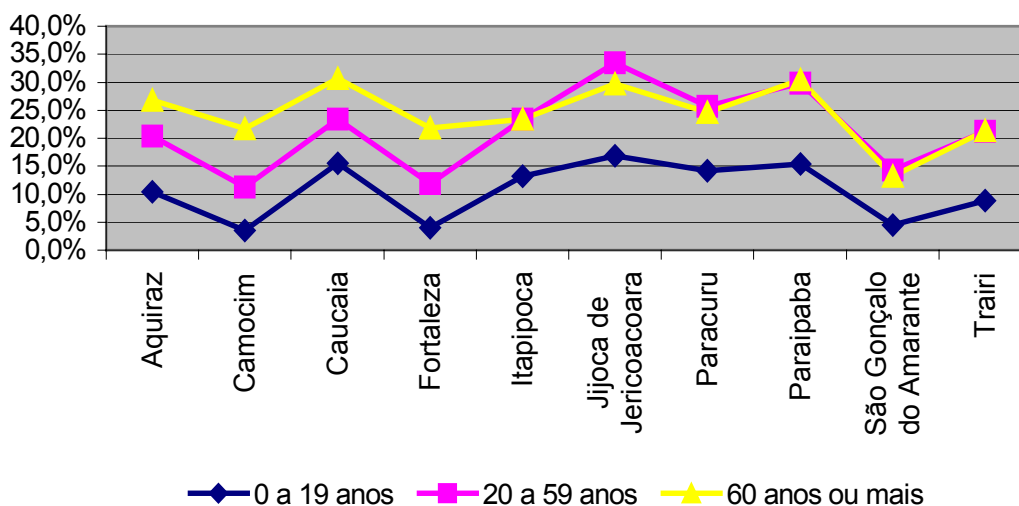
Em relação aos municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO, foram obtidos dados dos censos realizados pelo IBGE nos anos de 1996 e 2000. Verificou-se que no período

**Tabela DDS 01.** Estrutura por idade nos Municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO

MUNICÍPIOS	1996				2000			
	TOTAL	0 a 19 anos	20 a 59 anos	60 anos ou mais	TOTAL	0 a 19 anos	20 a 59 anos	60 anos ou mais
Aquiraz	52.282	24.502	23.793	3.789	60.469	27.042	28.625	4.802
Camocim	51.533	26.118	21.717	3.634	55.448	27.038	24.170	4.240
Caucaia	209.150	100.736	97.270	10.766	250.479	116.353	120.054	14.072
Fortaleza	1.965.513	832.262	996.759	131.550	2.141.402	865.407	1.115.764	160.231
Itapipoca	79.871	41.145	31.877	6.849	94.369	46.586	39.331	8452
Jijoca de Jericoacoara	9.751	5.252	3.817	664	12.089	6.134	5.094	861
Paracuru	23.018	11.279	9.750	1.932	27.541	12.873	12.260	2408
Paraipaba	20.803	10.518	8.654	1.604	25.462	12.138	11.232	2092
São Gonçalo do Amarante	32.687	15.842	13.928	2.770	35.608	16.545	15.927	3136
Trairi	39.398	20.893	14.693	3.285	44.527	22.732	17.808	3987

(Fonte: IBGE, 2000)

Assim como verificado no Estado, a região da ÁREA DE PLANEJAMENTO vem apresentando uma tendência ao envelhecimento de sua população, conforme pode ser observado no gráfico a seguir que analisa a variação de 1996 a 2000.



**Figura DDS 20.** Variação da população dos municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO, 1996/2000

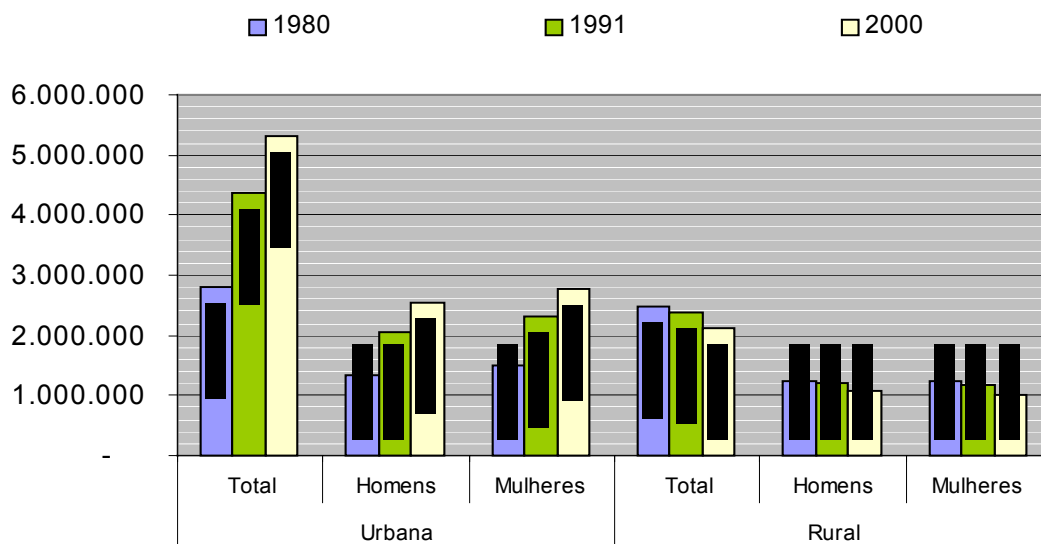
### 3.2.3.5 Proporção população urbana e rural

As informações censitárias de 1980, 1991 e 2000 revelam um aprofundamento de algumas tendências e o aparecimento de novos padrões em relação à distribuição espacial da população do Estado do Ceará.

Os dados apresentados anteriormente, referentes à população por situação de domicílio, indicam que a sociedade do Ceará tem renovado constantemente um processo

migratório com base nos movimentos populacionais. Nos últimos censos, os números são elucidativos no que se refere à redução da população rural, em contraposição ao crescimento urbano, especialmente nos grandes centros, nos quais a expansão econômica ocorre em escala maior.

Em 1980, a população urbana total do Ceará era de 2.814.235 habitantes, passando a 4.363.002, em 1991. Já em 2000, ela quase duplicou, contando com 5.315.318 habitantes.



Fonte: IBGE

**Figura DDS 21.** População residente por situação do domicílio – CEARÁ

(Fonte: IBGE)

Em relação à população rural, nota-se a tendência ao decréscimo populacional, uma vez que o número de pessoas que viviam nessa área em 1980 era de 2.480.641, passando a 2.317.024 em 1991 e, finalmente, em 2000, sendo reduzida para 2.115.343 habitantes<sup>3</sup>.

Na capital, em 1980 a área urbana detinha a totalidade de habitantes, somando 1.308.919 moradores. Em 1991, atingiu 1.965.513, passando a 2.141.402 habitantes, conforme censo demográfico realizado em 2000.

A tendência à urbanização pode ser constatada em grande parte dos Municípios inseridos na área de ÁREA DE PLANEJAMENTO, exceto em Jijoca de Jericoacoara e em Trairi, cujas taxas de urbanização revelam menor intensidade.

A análise da taxa geométrica de crescimento anual, disponibilizada pelo IBGE em 2000, pode contribuir para a visualização do processo de urbanização dos Municípios observados neste relatório, embora em proporção diferenciadas. Nos Municípios de Trairi, Paraipaba, e Jijoca de Jericoacoara o crescimento populacional foi extremamente alto na área urbana.

<sup>3</sup> Vide gráficos exibidos no item “Estrutura por sexo e idade” que informam a distribuição da população por situação de domicílio e sexo.

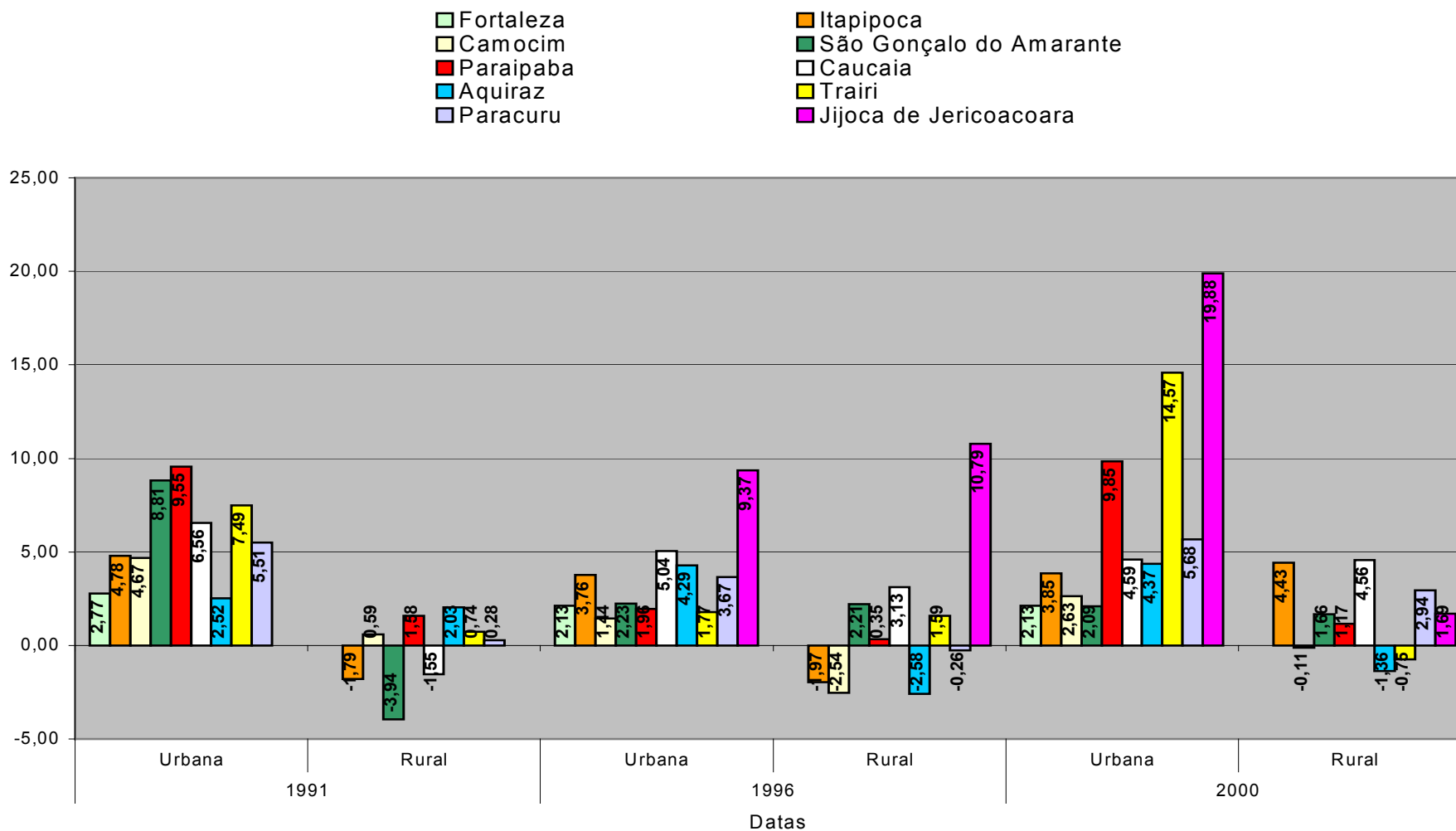


Figura DDS 22. I axa geométrica de crescimento anual (%) (Fonte: IBGE/IPLANCE)

Em Caucaia, a taxa geométrica de crescimento anual na área urbana (2000) foi de 4,59% e na zona rural foi de 4,56%.

O Município de Trairi apresentou um índice alto no contexto urbano em 2000, (14,57%), e na área rural apresentou um índice negativo (-0,75%). O mesmo fator ocorreu nos Municípios de Paraipaba e Jijoca de Jericoacoara, no contexto urbano. No Município de Paraipaba a taxa foi consideravelmente superior na área urbana, em 2000 (9,86%). Na área rural foi de 1,17%. Em Jijoca ocorreu o maior índice urbano, de 19,88%, enquanto na área rural foi de 1,69%.

Em São Gonçalo do Amarante, o crescimento populacional pode ser notado tanto no contexto rural, quanto no contexto urbano, com pequena diferença. No primeiro caso a taxa geométrica de crescimento anual foi de 2,09% e no segundo caso, de 1,66%.

Em Aquiraz, Camocim e Paracuru constata-se taxas negativas de crescimento populacional no contexto rural, em 2000, confirmando a tendência de decréscimo já observada em 1996.

No Município de Itapipoca a taxa de crescimento anual foi de 3,85% na área urbana, enquanto no contexto rural houve um aumento considerável em relação ao período anterior, de 4,43% (2000).

Em Aquiraz, a taxa de crescimento urbano foi de 4,37% e na zona rural o decréscimo populacional foi de 1,36% (2000). No Município de Camocim, da mesma forma, a taxa de crescimento na área urbana, em 2000, foi de 2,63%. Na mesma data, houve um decréscimo populacional de 0,11% no contexto rural.

No Município de Paracuru, o crescimento urbano também foi superior se comparado ao rural. A taxa geométrica de crescimento anual, em 2000, foi de 5,68% na área urbana, e no contexto rural foi de 2,94%.

As informações exibidas pelos números absolutos permitem verificar o processo de urbanização ocorrido no período compreendido entre 1980 e 2000 nos Municípios pertencentes à ÁREA DE PLANEJAMENTO.

No Município de Caucaia, os dados em relação à população residente por situação de domicílio revelaram que, em 1980, a população urbana era de 73.345 e em 2000 passou a 226.088 habitantes. Em 1980 a população rural desse Município era de 20.812, crescendo para 24.391 habitantes em 2000.

No Município de Itapipoca, a população total urbana passou de 26.792 a 48.481 habitantes no período de 1980 a 2000. Na área rural houve um decréscimo populacional considerável: em 1980, havia 77.210 habitantes, passando para 45.880 moradores neste contexto.

No Município de Aquiraz também houve crescimento da população urbana no período de 1980 a 2000, passando de 37.818 a 54.682 habitantes. Os dados do recenseamento 1980 revelaram que, em 1980, os habitantes da área rural deste Município somavam 7.396, passando a 5.789, em 2000.

Situação semelhante ocorreu no Município de Camocim. A população total urbana nesse Município era de 25.072 em 1980. Em 2000, ela alcançou 54.682 habitantes. Na área rural observa-se considerável redução na população entre 1980 e 2000. Na primeira data havia 20.891 moradores, passando a 5.784 habitantes no último recenseamento.

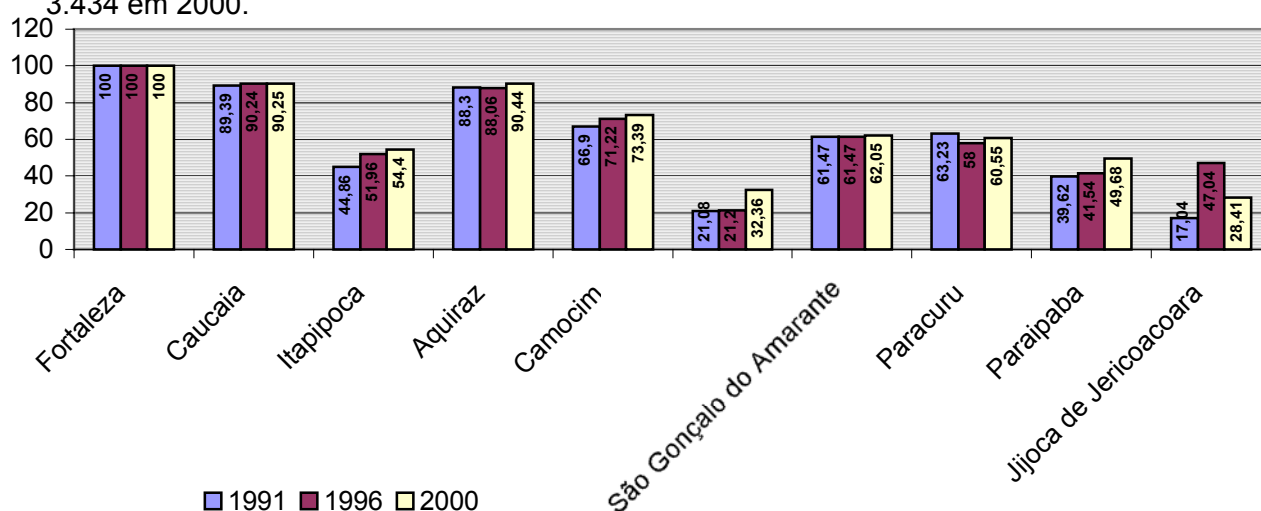
No caso de Trairi observa-se situação inversa. Nota-se que, em 1980, este Município contava com uma população urbana reduzida, ou seja, 3.461 habitantes. Nesta mesma data, a população rural era de 26.537.

Embora tenha ocorrido um crescimento da população urbana (em 2000 havia 14.413 nesta área), atualmente já há um predomínio populacional no contexto rural. O censo demográfico de 2000 revela que nesta área há 30.114 habitantes.

No Município de São Gonçalo do Amarante a população urbana somava 7.114 habitantes (censo 1980). Passou a 22.077 moradores em 2000, na mesma. No contexto rural houve redução populacional no período de 1980 a 2000. Nessas datas o número total de habitantes era 17.587 e 13.531 respectivamente.

Processo semelhante ocorreu no Município de Paracuru, já que, em 1980, havia 9.064 moradores na área urbana e, em 2000, 16.673 habitantes. No contexto rural, a população foi reduzida quase pela metade. Em 1980 havia 19.588 moradores e, em 2000, este número passou a 10.868.

No Município de Paraipaba<sup>4</sup>, embora tenha ocorrido crescimento considerável da população urbana entre 1980 e 2000 (passou de 2.878 para 12.680 habitantes), o contingente populacional do contexto rural ainda é significativo. Em 2000 havia 12.782 habitantes, o que denota crescimento da população, pois, em 1980, este número era de 10.082. No Município de Jijoca de Jericoacoara observa-se que a população é predominantemente rural. Em 1980 existiam 731 habitantes na área urbana, passando a 3.434 em 2000.



**Figura DDS 23.** Taxa de urbanização (%) (Fonte: IBGE, IPLANCE)

No contexto rural, esse Município contava com uma população total de 8.878 habitantes em 1980, apresentando em 2000 um número de 8.655 moradores.

A exposição dos números absolutos referentes ao total populacional em áreas urbana e rural, compreendidas no período de 1980 a 2000 de cada Município pode ser confirmada pelas taxas de urbanização exibidas no gráfico.

Embora em proporções diferentes, nota-se um quadro geral de crescimento urbano, em detrimento do aumento da população rural.

É válido observar, ainda, que apesar dos movimentos populacionais apontarem para o crescimento urbano na maior parte dos Municípios pertencentes à área de ÁREA DE PLANEJAMENTO, ainda são observados Municípios cujas populações rurais são consideráveis, ultrapassando o total populacional urbano. Trata-se dos Municípios de Trairi, Paraipaba e Jijoca de Jericoacoara.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Os dados referentes ao Município de Paraipaba no ano de 1980 foram utilizados na condição de distrito, já que passou à categoria de Município em 1984.

<sup>5</sup> No Município de Itapipoca as populações urbana e rural são semelhantes, pois a área urbana contava com 2.593 excedentes em relação à zona rural, em 2000.

### 3.2.3.6 Projeção populacional

Visando estimar o número de habitantes do Estado do Ceará para os anos 2005, 2010 e 2020, foi ajustado um modelo de regressão com base na análise do diagrama de dispersão dos dados, o qual servirá de instrução para a escolha do modelo mais adequado de projeção.

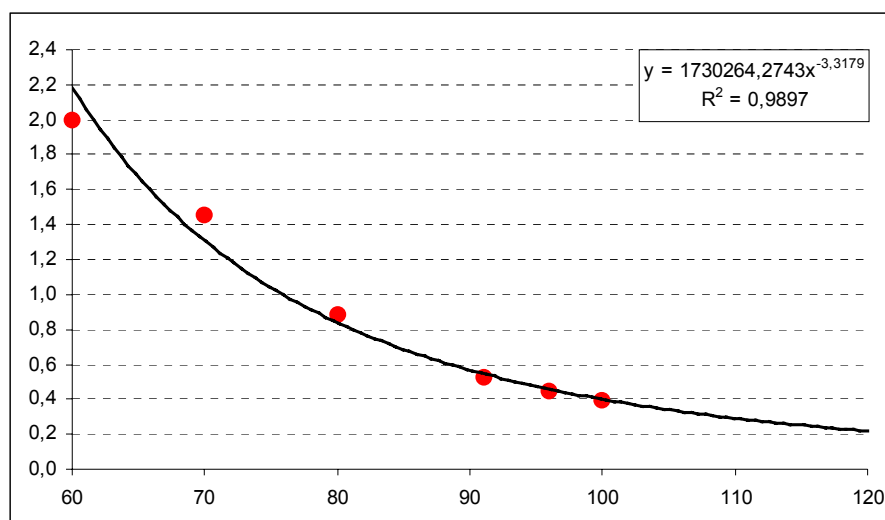
**Tabela DDS 02.** População residente no Estado do Ceará e relação urbano (U)/rural (R)

Anos	População residente			Relação U : R
	Urbana	Rural	Total	
1960	1.098.901	2.197.465	3.296.366	1:2,00
1970	1.780.093	2.581.510	4.361.603	1:1,45
1980	2.810.351	2.477.902	5.288.253	1:0,88
1991	4.162.007	2.204.640	6.366.647	1:0,53
1996	4.713.049	2.096.241	6.809.290	1:0,44
2000	5.315.318	2.115.343	7.430.661	1:0,40

(Fonte: IBGE)

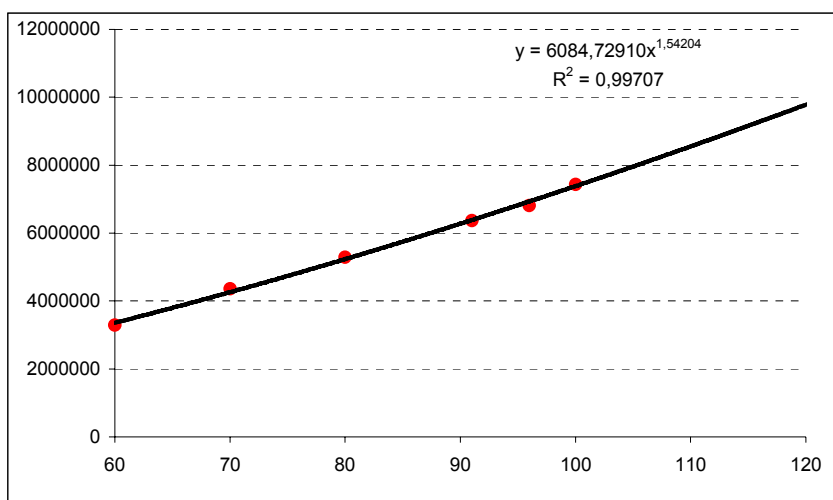
A partir da população residente do Estado do Ceará obtida dos censos de 1960 a 2000, determinou-se a relação número de habitantes rurais para um habitante urbano. Essa relação que era de um habitante na área urbana para dois habitantes na área rural em 1960, decresce para um habitante na área urbana para 0,40 habitantes na área rural em 2000.

Esse decréscimo tem um comportamento explicado por uma equação exponencial com um coeficiente de determinação de 0,9897, ou seja 98,97% da variabilidade dos dados é explicado pelo modelo adotado. A partir desse modelo estimou-se a relação urbano/rural para os anos 2005, 2010, 2015 e 2020 (ver Tabela DDS 02).

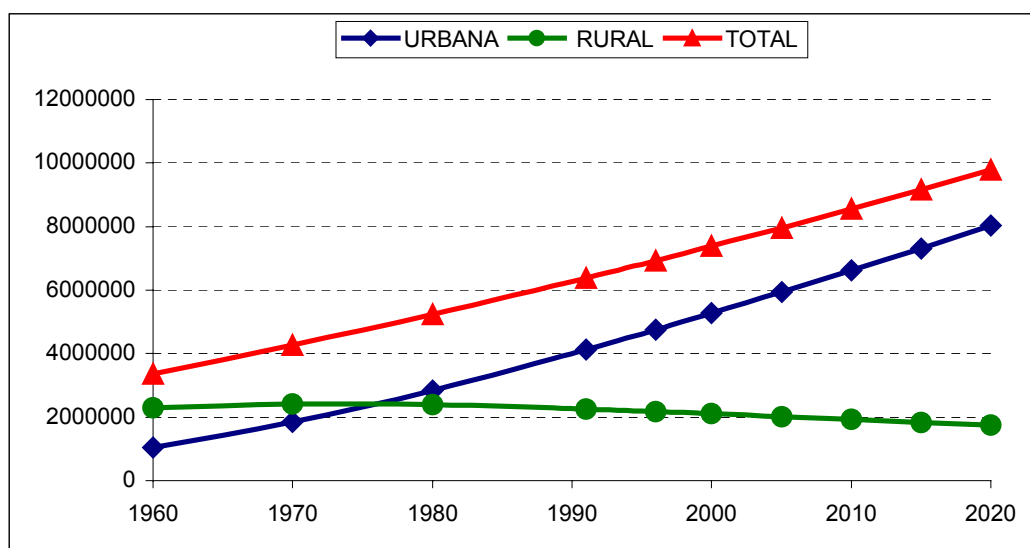


**Figura DDS 24.** Ajuste exponencial da relação população rural/urbana e projeção até 2020. (Fonte: Ruschmann Consultores)

Para estimar a população total foi usado um modelo exponencial que apresentou um coeficiente de determinação de 0,997 (ver Figura DDS 25). Os valores da população total estimada estão apresentados na Tabela DDS 02. A partir da população total estimada utilizou-se a estimativa da relação população urbana/rural para calcular a população urbana e rural do Estado do Ceará (ver Figura DDS 26).



**Figura DDS 25.** Ajuste da população total do Estado do Ceará (Fonte: Ruschmann Consultores)



**Figura DDS 26.** Valores estimados da população total, urbana e rural do Estado do Ceará. (Fonte: Ruschmann Consultores)

**Tabela DDS 03.** Valores estimados para a população total, urbana e rural do Estado do Ceará

Anos	População residente (estimada)			Relação U:R
	Urbana	Rural	Total	
1960	1.056.438	2.302.652	3.359.090	1:2,18
1970	1.846.786	2.413.672	4.260.457	1:1,31
1980	2.846.166	2.388.418	5.234.583	1:0,84
1991	4.126.603	2.258.405	6.385.008	1:0,55
1996	4.754.892	2.179.091	6.933.983	1:0,46
2000	5.273.769	2.110.734	7.384.503	1:0,40
2005	5.939.594	2.021.926	7.961.520	1:0,34
2010	6.621.859	1.931.771	8.553.629	1:0,29
2015	7.318.321	1.842.191	9.160.512	1:0,25
2020	8.027.314	1.754.556	9.781.870	1:0,22

(Fonte: Ruschmann Consultores)

Estima-se que, em 2005, o Estado do Ceará terá uma população de 7.961.520 pessoas sendo que 74,6% residirão em área urbana. Em 2010, esse percentual subirá para 79,8% chegando a 82% em 2020, quando a população total estimada chegará a aproximadamente 9.800.000 pessoas.

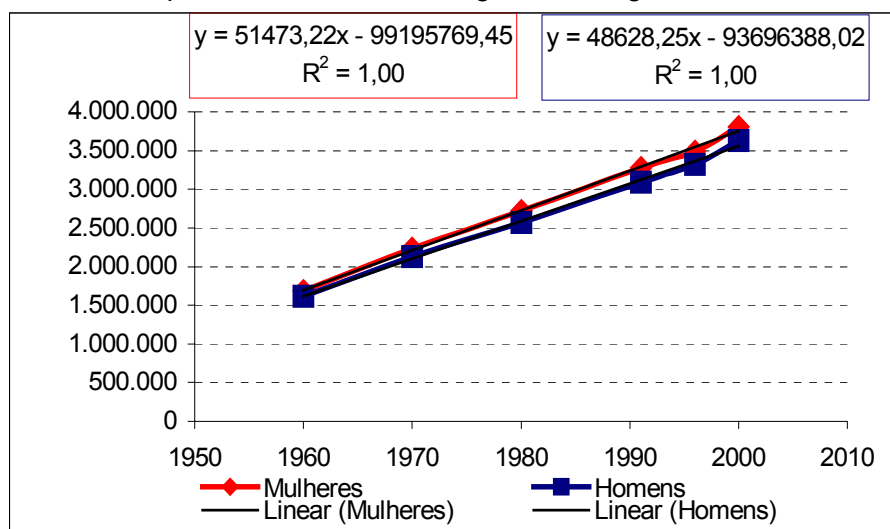
Para o cálculo da projeção da população em relação ao sexo e idade, foi utilizada outra metodologia em função da relação mulher/homem que vêm apresentando pouca variância, desta forma utilizou-se o método linear. A partir da população residente do Estado do Ceará obtida dos censos de 1960 a 2000, determinou-se a relação número de mulheres para um homem. Verifica-se que tal relação vem demonstrando equilíbrio ao longo dos anos, que em média foi de uma mulher para cada 0,95 homens.

**Tabela DDS 04.** População residente no Estado do Ceará e relação mulheres (M), homens (H)

Anos	População residente		Relação M : H
	Mulheres	Homens	
1960	1.683.622	1.612.744	1:0,96
1970	2.231.362	2.130.241	1:0,95
1980	2.715.629	2.572.624	1:0,95
1991	3.276.404	3.090.243	1:0,94
1996	3.492.208	3.317.586	1:0,95
2000	3.803.113	3.628.485	1:0,95

(Fonte: IBGE)

O ajuste exponencial para a população teve o coeficiente de 100% para as mulheres e os homens, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.



**Figura DDS 27.** Ajuste da população do Ceará por sexo

Estima-se que, em 2005, o Estado do Ceará terá uma população de 4.007.596 mulheres e 3.802.752 homens. Em 2010, esses valores serão de 4.264.961 e 4.045.892, respectivamente, chegando a 4.779.691 e 4.532.172 em 2020.

**Tabela DDS 05.** Valores estimados para a população por sexo do Estado do Ceará

Anos	População residente (estimada)		Relação M : H
	Mulheres	Homens	
1960	1.691.311	1.614.492	1:0,95
1970	2.206.041	2.100.772	1:0,95
1980	2.720.771	2.587.052	1:0,95
1991	3.286.974	3.121.960	1:0,95
1996	3.544.339	3.365.100	1:0,95
2000	3.750.231	3.559.612	1:0,95
2005	4.007.596	3.802.752	1:0,95
2010	4.264.961	4.045.892	1:0,95
2015	4.522.326	4.289.032	1:0,95
2020	4.779.691	4.532.172	1:0,95

(Fonte: Ruschmann Consultores)

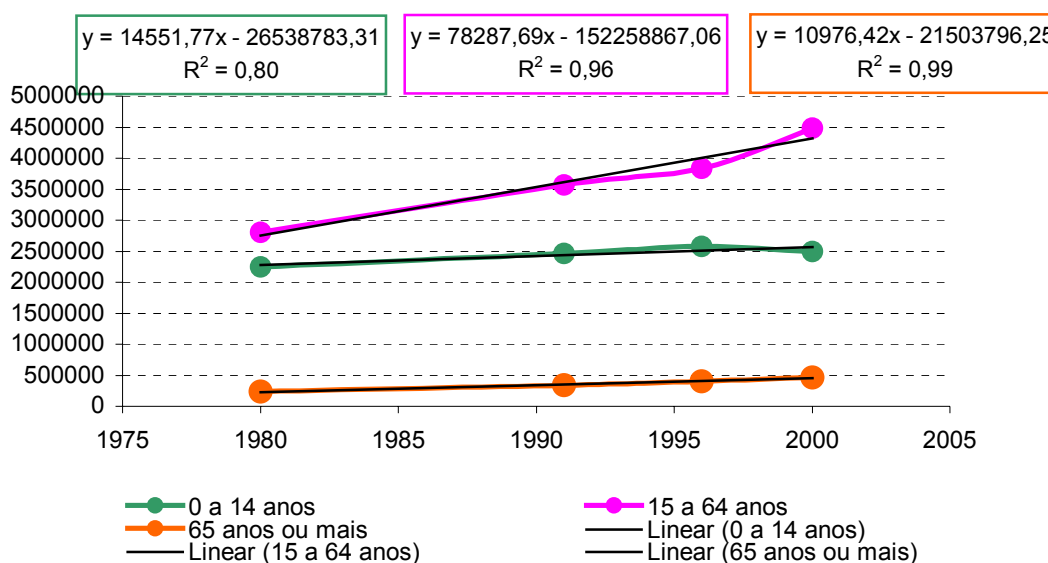
Com relação à população por faixa etária verifica-se que o Estado vem apresentando uma tendência de envelhecimento de sua população, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela DDS 06.** População residente no Estado do Ceará por faixa etária

Anos	População residente		
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
1980	2.246.979	2.806.476	234.798
1991	2.461.346	3.564.049	341.252
1996	2.578.188	3.832.552	399.054
2000	2.492.269	4.479.508	458.884

(Fonte: IBGE)

O ajuste exponencial para a população teve o coeficiente de 80% para a faixa entre 0 e 14 anos, 96% para a faixa entre 15 e 64 anos e 99% para a faixa de 65 anos ou mais, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.



**Figura DDS 28.** Ajuste da população do Ceará por grupos de faixa etária

Com base na metodologia linear, estima-se que, em 2005, o Estado do Ceará terá 34% de sua população entre 0 e 14 anos, 60% entre 15 e 64 anos e 6% na faixa de 65 anos ou mais. Em 2010, tais percentuais serão de 32%, 61% e 7%, respectivamente, chegando a 30%, 63% e 7% em 2020.

**Tabela DDS 07.** Valores estimados para a população por faixa etária do Estado do Ceará

Anos	População residente (estimada)		
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
1980	2.246.979	2.806.476	234.798
1991	2.461.346	3.564.049	341.252
1996	2.578.188	3.832.552	399.054
2000	2.492.269	4.479.508	458.884
2005	2.637.515	4.707.951	503.925
2010	2.710.274	5.099.389	558.807
2015	2.783.033	5.490.828	613.690
2020	2.855.792	5.882.266	668.572

(Fonte: Ruschmann Consultores)

### 3.2.3.7 Condições de Vida

A avaliação do bem-estar da população tem assumido considerável importância no sentido de garantir o progresso em relação à melhoria da condição humana, ou seja, a evolução das condições de vida das pessoas. Conseqüentemente, passou-se a classificar os países ou regiões pela comparação de PIB per capita.

Entretanto, a análise das condições de vida de uma população não é realizada apenas por indicadores econômicos. É nesse sentido que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado no início dos anos 90 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), procurando reunir três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, a educação e a renda<sup>6</sup>.

Índice de desenvolvimento humano e esperança de vida

Entre os Estados da Federação Brasileira, o Ceará ocupava, em 2000, o 19º lugar em relação ao IDH, tendo apresentando o maior aumento no ranking se comparado com o ano de 1991, quando ocupava a 23ª posição. É relevante notar que, embora tenha apresentado mudanças, o Estado ainda exibe um IDH aquém do índice nacional.

**Tabela DDS 08.** Evolução do IDH no Estado do Ceará – 1970/2000

Anos	IDH	Varição em relação ao ano anterior %
1970	0,275	–
1980	0,477	73,5
1991	0,537	12,6
1995	0,576	7,3
1996	0,590	2,4
2000	0,699	18,5

(Fonte: Atlas de desenvolvimento humano, 2000)

Em relação ao IDH dos municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO (IDH-M), a partir do quadro abaixo é possível verificar os índices apresentados entre 1970 e 2000, de acordo com dados do IPEA e do IPLANCE. A seguir são apresentados os dados do período de 1970 a 1991, disponibilizados pelo IPEA e calculados de acordo com a mesma metodologia do IDH (para países e estados). Os dados posteriores são analisados separadamente por apresentarem metodologias diferenciadas de cálculo.

**Tabela DDS 09.** Evolução do IDH-M da ÁREA DE PLANEJAMENTO – 1970/1991

Municípios	1970	1980	1991
	Índice Global	Índice Global	Índice Global
Aquiraz	0,246	0,372	0,424
Caucaia	0,291	0,416	0,525
Camocim	0,250	0,332	0,387
Fortaleza	0,463	0,681	0,762
Itapipoca	0,272	0,369	0,413
Jijoca de Jericoacoara	–	–	–
Paracuru	0,277	0,367	0,444
Paraipaba	–	–	0,469
São Gonçalo do Amarante	0,263	0,385	0,413
Trairi	0,245	0,355	0,409

(Fonte: IPEA)

<sup>6</sup> Segundo definições do PNUD, a longevidade reflete as condições de saúde da população, medindo-se a esperança de vida ao nascer; a educação é medida pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; a renda é medida pelo poder de compra da população com base no PIB *per capita*, considerando-se o custo de vida local.

Verifica-se que todos os municípios apresentaram melhoria no IDH-M, com exceção de Jijoca que não possui dados e Paraipaba que só apresenta dados de 1991. Fortaleza apresenta o melhor índice em função de seu desenvolvimento em relação à infra-estrutura e programas sociais. Destacam-se os municípios de Caucaia, Aquiraz e Paracuru como os de melhor desempenho no período.

Com relação à 1997 e 2000, o IPLANCE realizou um estudo que envolveu indicadores complementares aos dos anos anteriores realizados pelo IPEA. No entanto, verifica-se que apesar de metodologias diferenciadas, o desempenho dos municípios foi o mesmo. Novamente, verifica-se que Fortaleza é o município com o maior índice de desenvolvimento humano. Destaca-se a melhoria geral dos municípios com relação ao índice, assim como o posicionamento do ranking, destacando-se os municípios de São Gonçalo do Amarante que passou do 143º lugar para o 37º, subindo 106 posições; Trairi que passou do 165º para o 112º, subindo 53 posições e Camocim que passou da 67ª posição para a 31ª, subindo 36 posições. O Município de Paracuru foi o que apresentou a maior queda no posicionamento em relação ao Estado, passando da 19ª posição para a 25ª. Aquiraz também apresentou queda de uma posição e Fortaleza foi o único município que se manteve na mesma posição no período analisado.

**Tabela DDS 10.** Ranking dos municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO em relação ao Estado do Ceará

Municípios	1997		2000	
	Índice Global	Ranking	Índice Global	Ranking
Aquiraz	38,44	11	44,61	12
Caucaia	32,25	32	43,71	13
Camocim	26,85	67	34,25	31
Fortaleza	81,07	1	79,25	1
Itapipoca	31,49	35	34,05	32
Jijoca de Jericoacoara	10,13	183	18,07	148
Paracuru	35,52	19	35,37	25
Paraipaba	28,12	50	37,72	20
São Gonçalo do Amarante	18,55	143	33,01	37
Trairi	14,72	165	21,88	112

(Fonte: IPLANCE)

A esperança de vida, ao nascer no Estado do Ceará, apresentava, em 1991, a 22ª classificação em relação aos demais Estados brasileiros. Mas a verificação deste índice nos últimos 30 anos permite visualizar melhora regional. Nota-se que, em 1996, o Índice de Esperança de Vida (ICV) do Estado do Ceará era de 0,669 e o da Região Nordeste era de 0,658. Até a data do estudo realizado, dados referentes ao ano de 2000 ainda não foram disponibilizados pelo PNUD quanto à esse índice. Na tabela a seguir é possível verificar a evolução da esperança de vida no Estado e sua comparação com a região nordeste.

**Tabela DDS 11.** Evolução do índice de esperança de vida – 1970/2000

Anos	ICV	ICV – Nordeste
1970	0,302	0,323
1980	0,574	0,545
1991	0,640	0,629
1995	0,633	0,652
1996	0,669	0,658
2000	Dados não disponíveis	

(Fonte: Atlas de desenvolvimento humano, 2000)

A intensificação da melhoria deste indicador pode ser visualizada também na exibição da esperança de vida ao nascer em anos. Nota-se que, em 1970, a defasagem entre o Brasil e o Ceará era de 9,53 anos. Já, em 1996, esta diferença foi reduzida para 2,44 anos.

É importante observar, ainda, que os dados divulgados pelo PNUD, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pelo IBGE, em 1998, revelam que, em 1995 e 1996 o Brasil já não apresentava nenhum Estado na categoria de “baixo desenvolvimento humano”. Segundo análises realizadas pelos órgãos mencionados, os dois únicos Estados que se encontravam no grupo denominado “baixo desenvolvimento humano”, em 1991, eram Maranhão e Piauí, mas, em 1995, conseguiram ascender ao chamado “grupo médio de desenvolvimento humano” (PNUD, 1998).

Vale lembrar que, em 2000, o Brasil avançou em relação ao seu IDH para 0,830. Esta mudança diz respeito aos três indicadores que compõem a síntese para classificação dos países em relação ao desenvolvimento. Entre 1995 e 1996 o fator renda passou de 0,923 para 0,954; a educação passou de 0,815 para 0,825 e a longevidade, por sua vez, passou de 0,705 para 0,710.

“Neste período a renda contribuiu com 67% do incremento do IDH, a educação com 22% e a longevidade com 11%. Já no período de 91 a 95, o crescimento se deve principalmente à educação, que foi responsável por 63% do aumento do índice, seguida pela longevidade com 25% e pela renda com 12%.” (PNUD, 1998)

Constatou-se, portanto, que no período entre 1991 e 1996, o IDH do Brasil cresceu 5,4%, sendo que suas três dimensões básicas aumentaram de forma mais equilibrada, já que a longevidade aumentou 30,5% e a educação, 8,1%.

#### • Educação

Nota-se que, em 1996, entre todos os Estados brasileiros, o Ceará ocupava a 22ª posição no que se refere ao item escolaridade, sendo que, no ano de 1991 ocupava a 24ª. A verificação do Índice de Condições de Vida – Educação (ICV – Educação), disponível apenas nas datas indicadas, possibilitava, por um lado, observar um salto qualitativo no Estado do Ceará entre 1970 e 1996, mas, por outro, apresentava um quadro aquém dos índices nacionais nesse mesmo período.

**Tabela DDS 12.** Índice de Condições de Vida – Educação, 1970/2000

Localidades	1970	1980	1991	1995	1996	2000*
<b>Brasil</b>	<b>0,611</b>	<b>0,702</b>	<b>0,763</b>	<b>0,815</b>	<b>0,825</b>	–
<b>Nordeste</b>	<b>0,433</b>	<b>0,547</b>	<b>0,624</b>	<b>0,696</b>	<b>0,714</b>	–
Maranhão	0,385	0,489	0,612	0,697	0,687	–
Piauí	0,396	0,544	0,614	0,656	0,657	–
<b>Ceará</b>	<b>0,406</b>	<b>0,564</b>	<b>0,603</b>	<b>0,677</b>	<b>0,714</b>	–
Rio Grande do Norte	0,456	0,582	0,669	0,723	0,731	–
Paraíba	0,429	0,559	0,589	0,672	0,682	–
Pernambuco	0,481	0,578	0,678	0,723	0,750	–
Alagoas	0,387	0,465	0,565	0,646	0,638	–
Sergipe	0,456	0,563	0,657	0,736	0,751	–
Bahia	0,448	0,548	0,617	0,707	0,732	–

(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil) \*Dados não disponibilizados

Pela análise dos dados divulgados pelo IBGE, observamos que os indicadores sociais brasileiros melhoraram, inclusive em relação ao analfabetismo (redução de 22,7% entre 1992 e 1999) e, também, em relação ao analfabetismo funcional (redução de 20,3% entre 1992 e 1999)<sup>7</sup>.

Entretanto, os relatórios do Ministério da Educação (MEC) sugerem que a melhoria global dos indicadores educacionais verificados no país, na última década, não impediu a

<sup>7</sup> O analfabetismo funcional é caracterizado pela escolaridade inferior a quatro anos de estudo, o que, teoricamente, corresponde a dificuldade de ler, escrever e fazer cálculos básicos.

manutenção dos desníveis regionais e interestaduais. Ao contrário, algumas desigualdades cresceram e ficaram maiores do que no início dos anos 80 (CASTRO, 1999).

**Tabela DDS 13.** Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais em %

Localidade	Taxa
Brasil	7%
Nordeste	14,5%
Piauí	19,5%
Ceará	21,8%
Sergipe	17,2%
Alagoas	5,2%
Maranhão	41%

(Fonte: IBGE, 2000)

Em 1980, o Nordeste apresentava um índice de analfabetismo de 45,5% entre a população com 15 anos ou mais. Este percentual era 2,7 vezes maior que o da Região Sudeste (16,3%). Em 1996, a taxa de analfabetismo da Região Nordeste caiu para 28,7% enquanto no Sudeste este índice diminuiu para 8,7%. Há, portanto, uma ampliação da desigualdade da ordem de 3,3 vezes.

**Tabela DDS 14.** Redução do analfabetismo entre 1992 e 1999

Localidade	Taxa
Brasil	22,7%
Nordeste	18,7%
Piauí	14,1%
Ceará	19,4%
Sergipe	10,7%
Alagoas	8,4%
Maranhão	18,2%

(Fonte: IBGE, 2000)

Outra comparação pode ser realizada a partir de dados nacionais e regionais, ou seja, pode-se perceber que a queda do analfabetismo entre 1992 e 1999 no Estado do Ceará foi menor que a média nacional, mas foi maior que a média regional, superando Estados de porte semelhante.

No caso dos Municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO, verifica-se um quadro diversificado em relação ao analfabetismo, sendo que os Municípios de Fortaleza e Caucaia apresentam um contexto mais favorável em relação aos outros indicados na tabela.

**Tabela DDS 15.** Taxa de analfabetismo da população em % em 2000

Municípios	Taxa
Fortaleza	10,6%
Caucaia	17,6%
Itapipoca	28,9%
Aquiraz	29,3%
Camocim	32,4%
Trairi	31,1%
São Gonçalo do Amarante	26,7%
Paracuru	24,9%
Paraipaba	27,0%
Jijoca de Jericoacoara	33,2%

(Fonte: IBGE)

Os índices relativos à escolaridade, ou seja, ao número de crianças entre 7 e 14 anos matriculadas nas escolas, aumentaram consideravelmente no Ceará entre 1992 e 1999. O desempenho está situado acima da média nacional (10,5%), embora ligeiramente aquém da média da Região Nordeste (18%).

**Tabela DDS 16.** Crescimento do número de crianças matriculadas na escola entre 7 e 14 anos de idade (1992 e 1999)

Localidade	Taxa
Brasil	10,5%
Nordeste	18%
Piauí	23,5%
Ceará	17,3%
Sergipe	8,7%
Alagoas	25%
Maranhão	21,7%

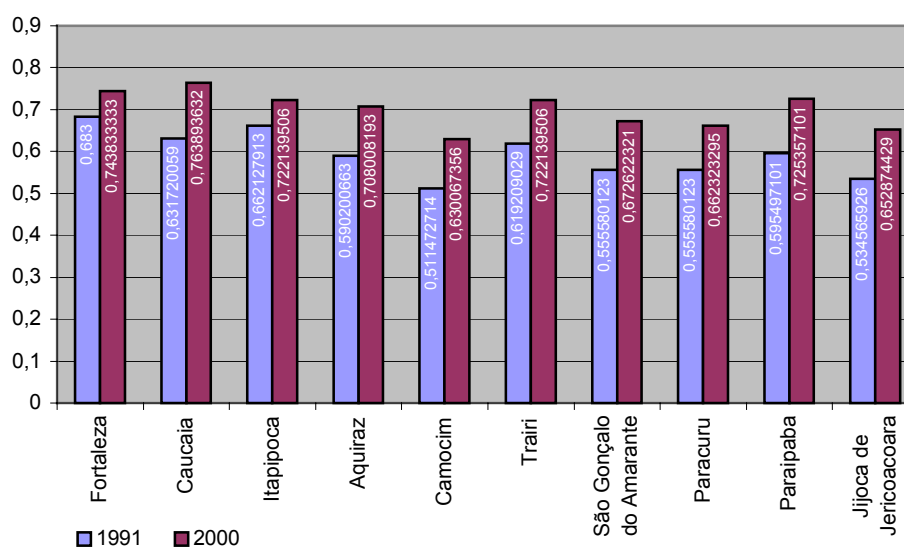
(Fonte: IBGE)

Nota-se, também, uma melhoria nas condições gerais em relação à educação entre 1991 e 2001, embora as diferenças entre os Municípios observados sejam mantidas de forma considerável. Da mesma forma que o IDH-M geral dos municípios, o IDH-M Educação apresentou metodologia diferenciada em dois períodos. No período de 1970 a 1991 há dados do PNUD e também, em 1991 e 2000 há dados do Atlas de Desenvolvimento Humano. Apesar de metodologias diferenciadas verifica-se que o índice apresentou crescimento ao longo dos anos.

**Tabela DDS 17.** Evolução do IDH-M Longevidade da ÁREA DE PLANEJAMENTO – 1970/1991

Municípios	1970	1980	1991
	Índice Global	Índice Global	Índice Global
Aquiraz	0,408	0,486	0,562
Caucaia	0,404	0,466	0,616
Camocim	0,382	0,453	0,524
Fortaleza	0,366	0,461	0,648
Itapipoca	0,509	0,563	0,633
Jijoca de Jericoacoara	–	–	–
Paracuru	0,435	0,499	0,607
Paraipaba	–	–	0,636
São Gonçalo do Amarante	0,465	0,507	0,568
Trairi	0,521	0,563	0,665

(Fonte: IBGE)



**Figura DDS 29.** IDH-M – Educação (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O Município de Fortaleza apresentou, em todas as datas, o melhor índice em relação aos indicadores educacionais, superando as taxas nacionais. Em 1991, o IDH-M –

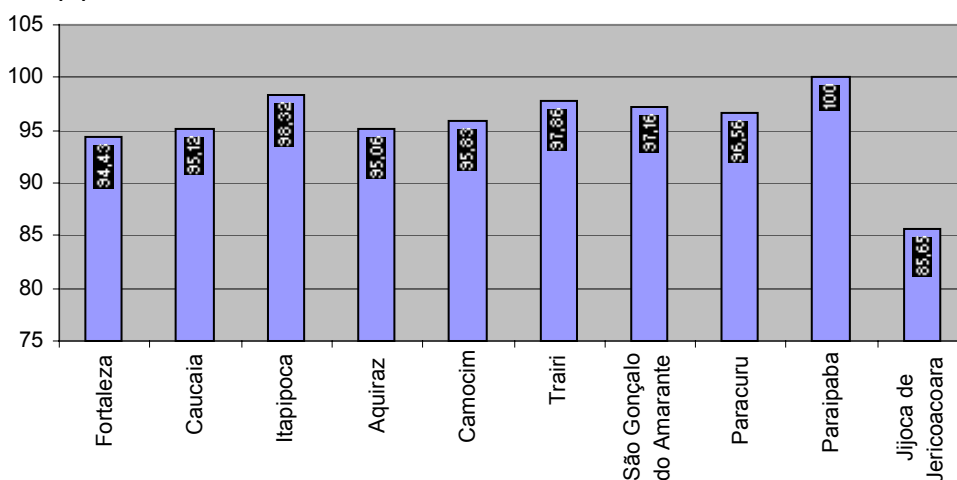
Educação, da Capital do Ceará, era de 0,604. Já, em 2000 o índice foi de 0,772, o que indica uma variação de 27,9% em relação ao ano de 1991.

Em 2000, no Município de Caucaia, o IDH-M – Educação era de 0,784, superando os índices dos demais Municípios pertencentes à ÁREA DE PLANEJAMENTO.

Nota-se, portanto, que nos Municípios com maiores aglomerações populacionais os percentuais que medem o quadro educacional são mais elevados.

Esta situação merece ser analisada, porém, a partir de dados mais recentes. Mediante a ausência dos indicadores globais na área de educação disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano apenas até 1991, recorreu-se às fontes de informações estaduais.

Neste sentido, foi possível verificar que, em 2000 o índice de escolarização sofreu variações entre os Municípios analisados, mas evidencia uma melhoria considerável em Paraipaba, Itapipoca e Trairi.

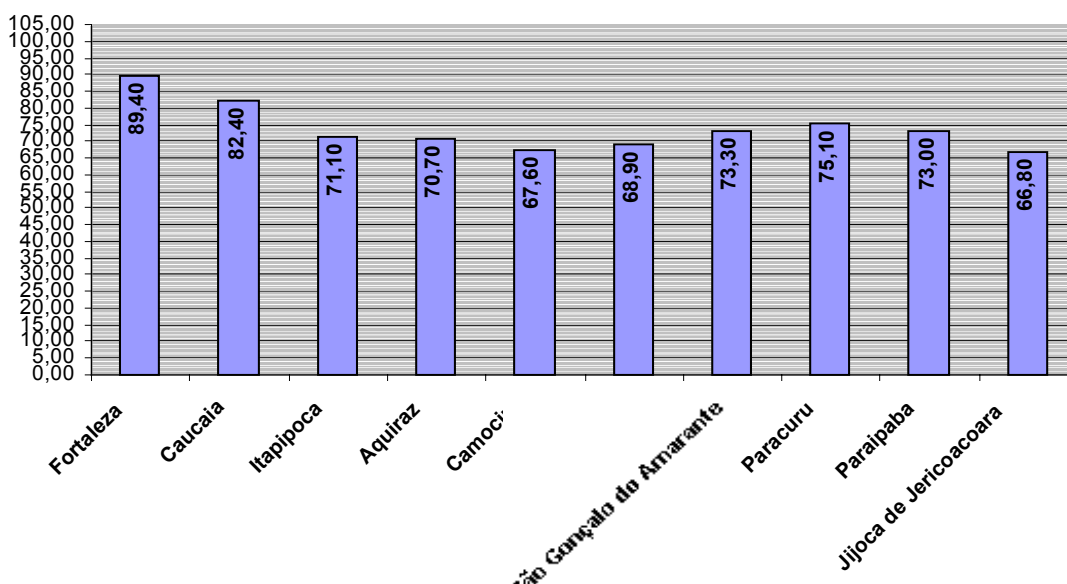


**Figura DDS 30.** Taxa de Escolarização – Ensino Fundamental – 2000 (Fonte: IPLANCE)

Observa-se que o índice de escolarização no Município de Paraipaba alcançou 100%, seguido por Itapipoca com 98,32% e Trairi com 97,86%. Fortaleza alcançou 94,43% e o Município de Jijoca de Jericoacoara, apresentou o menor índice de escolarização (85,65%).

Embora a melhor taxa de escolarização em 2000 seja apresentada pelo Município de Paraipaba, nota-se que Fortaleza e Caucaia apresentam um quadro superior no que se refere à taxa de alfabetização.

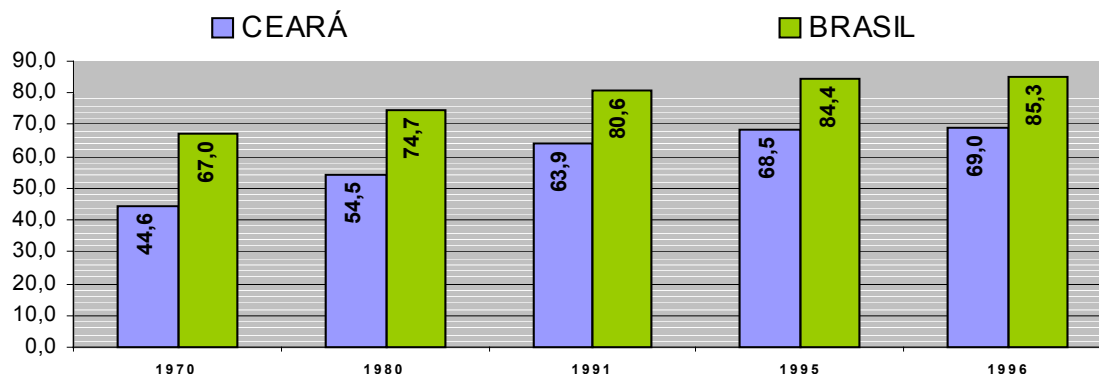
Segundo o IBGE, em 2000, o Município de Fortaleza apresentava uma taxa de 89,4% da população residente acima de dez anos alfabetizada. Os menores índices de alfabetização, na mesma data, são exibidos por Jijoca de Jericoacoara (66,8%), Camocim (67,6%), Trairi (68,9%) e Aquiraz (70,7%).



**Figura DDS 31.** Taxa de Alfabetização – População Residente de 10 anos ou mais de idade – 2000 (Fonte: IBGE)

É válido observar, ainda, que a taxa de alfabetização do Município de Fortaleza supera os indicadores nacionais e os do Estado do Ceará.

Nota-se, também, que este Estado tem apresentado melhorias consideráveis ao longo das últimas décadas no que diz respeito aos indicadores educacionais. A verificação das taxas de alfabetização entre 1970 e 1996 pode confirmar tal situação.



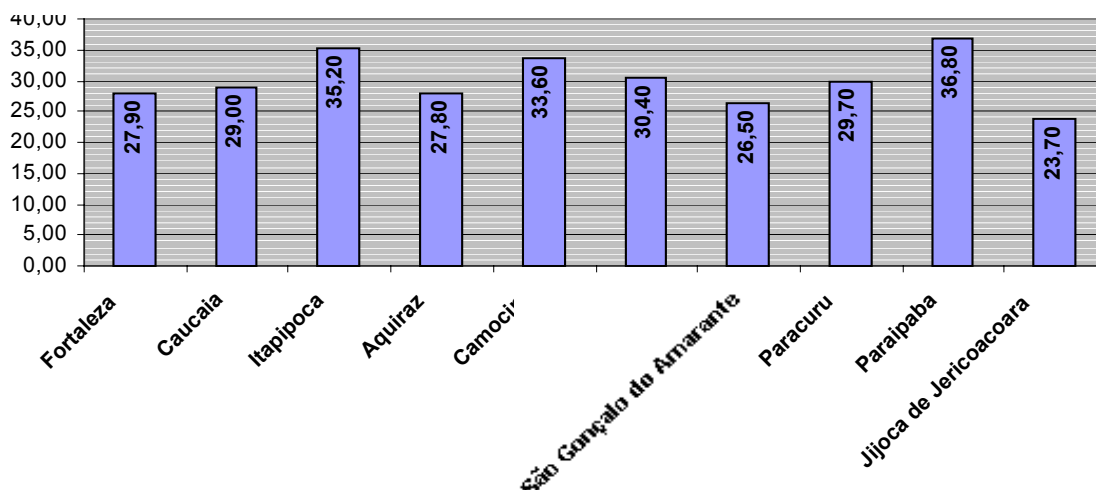
**Figura DDS 32.** Taxa de alfabetização de adultos (Fonte: PNUD, IPEA, FJP e IBGE)

Além dos dados demonstrarem uma evolução positiva dos índices de alfabetização, observa-se uma defasagem cada vez menor entre a média do Estado do Ceará e a média Nacional. Em 1970 a diferença entre o índice de alfabetização do Ceará e o do Brasil era da ordem de 22,4, diminuindo para 16,3 em 1996.

Os dados referentes ao número de alunos matriculados no Estado do Ceará indicam sinais de melhoria considerável no quadro educacional nas últimas décadas.

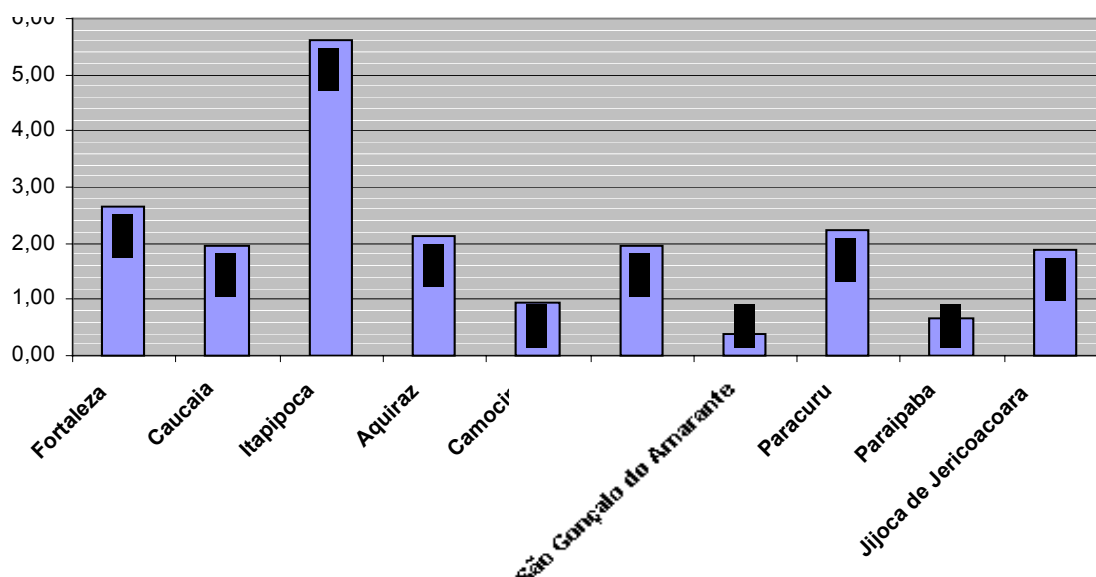
A análise da evolução da taxa combinada de matrícula permite verificar avanço considerável no Estado, chegando a alcançar a média nacional em 1996.

Neste mesmo sentido, foi possível verificar que, em 2000, o percentual de alunos matriculados nos Municípios inseridos na ÁREA DE PLANEJAMENTO foi significativo, especialmente nos Municípios de Paraipaba (36,8% da população total), Itapipoca (35,2% da população total), Camocim (33,6% da população total) e Trairi (30,40% da população total).



**Figura DDS 33.** População – Matriculados – 2000 (Fonte: IBGE, MEC)

O menor índice de matriculados em proporção ao número total de habitantes é exibido por Jijoca de Jericoacoara (23,7%), seguido por São Gonçalo do Amarante (26,5%). Em relação à educação de jovens e adultos, observa-se situação semelhante, ou seja, há variações consideráveis em relação ao número de matriculados neste nível de ensino.



**Figura DDS 34.** Educação de jovens e adultos (Fonte: IPLANCA, SEDUC) \*Inclui-se as modalidades: Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino médio, Suplência Profissionalizante e curso de aprendizagem

O Município de Itapipoca destaca-se ao revelar o melhor índice de matriculados de 5,62%, se comparado com os demais Municípios analisados neste relatório.

Em 1999, Fortaleza matriculou 45.725 jovens e adultos, o que representava 2,64% da população total. Este percentual foi de 2,23% no Município de Paracuru, de 2,12% no Município de Aquiraz e de 1,96% nos Municípios de Caucaia e Trairi.

Os mais baixos percentuais em relação às matrículas de jovens e adultos são verificados nos Municípios de São Gonçalo do Amarante (0,37% da população residente de 10 anos ou mais de idade), de Paraipaba (0,66% da população residente de 10 anos ou mais de idade) e de Camocim (0,95% da população residente de 10 anos ou mais de idade).

De forma geral, os elevados índices de matrículas em determinados Municípios da área de interesse do relatório sugerem o início de um processo de alteração das taxas

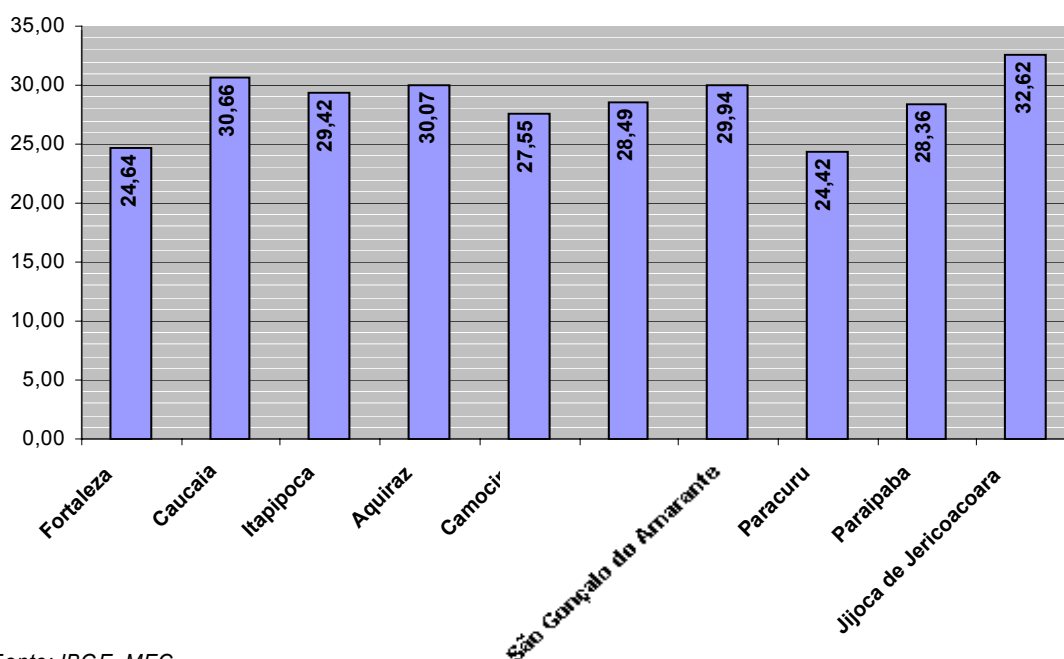
futuras de alfabetização, isto é, a maior inserção da população em estabelecimentos de ensino pode levar à queda do analfabetismo.

Este fato pode ser notado, especialmente, nos Municípios de Paraipaba, Itapipoca, Camocim e Trairi, cujas taxas de matriculados em 2000 são significativas. É relevante observar, ainda, que esses Municípios apresentaram índices inferiores de alfabetização da população de 10 anos ou mais de idade em 2000, em comparação aos dos Municípios de Fortaleza, Caucaia e Paracuru, mas verificou-se uma tendência de melhoria no quadro educacional.

A investigação do número de alunos matriculados em 2000, associada à capacidade institucional de oferta de ensino dos Municípios cujas populações são menores em termos absolutos e relativos, indica um quadro favorável em relação à melhoria das taxas de alfabetização e escolaridade, especialmente em Paraipaba, Itapipoca, Camocim, Trairi e Paracuru (maiores índices de matriculados em 2000).

A análise do número de professores existentes em 2000 em proporção ao número de pessoas matriculadas nessa mesma data permite perceber que há ligeira variação, já que os maiores índices de professores para a quantidade de alunos foram encontrados nos Municípios de Paracuru (24,42) e Fortaleza (24,64), seguidos pelos de Camocim (27,55), Paraipaba (28,36), Trairi (28,49) Itapipoca (29,42) e São Gonçalo do Amarante (29,94).

Nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara, Caucaia e Aquiraz, a quantidade de professores é proporcionalmente inferior. No primeiro, existia um professor para cada 32,62 alunos, no segundo (Caucaia), esta relação era de 30,66, e no terceiro (Aquiraz), esse índice era de 30,07.



Fonte: IBGE, MEC

**Figura DDS 35.** Relação Professores x Alunos (Fonte: IBGE, MEC) \*Inclue-se docentes de Ensino médio, Fundamental e Pré-escola

Em relação às características das escolas, foi possível notar, pelas informações disponibilizadas pelo IPLANCE, que há um pequeno percentual de instituições que funcionam em prédio alugado. A maior parte das escolas, em todos os Municípios analisados, funcionam em prédio próprio e, em alguns casos, em prédio cedido.

**Tabela DDS 18. Características das Escolas – 1999**

Município	Total de Escolas	Prédio Próprio	Prédio Alugado	Prédio Cedido	Com Energia Elétrica	Com Água	Com Esgotamento
Fortaleza	1.381	1.046	178	157	1.380	1.378	1.378
Caucaia	276	190	26	60	248	263	263
Itapipoca	170	149	7	14	107	162	162
Aquiraz	104	92	6	6	96	101	101
Camocim	122	77	5	40	61	100	100
Trairi	121	77	7	37	68	119	119
São Gonçalo do Amarante	56	53	1	2	39	56	56
Paracuru	41	37	1	3	41	41	41
Paraipaba	42	32	2	8	35	40	40
Jijoca de Jericoacoara	22	20	2	-	21	22	22

(Fonte: IPLANCE)

Os dados referentes às características das escolas no ano de 1999 mostram que em diversos Municípios existiam unidades com ausência de energia elétrica em maior proporção e água/esgotamento sanitário em menor proporção.

Entre as 1.381 unidades escolares do Município de Fortaleza apenas uma não contava com energia elétrica. O maior número de escolas sem este recurso foi encontrado nos Municípios de Itapipoca com 63 unidades, Camocim com 61 unidades, e Trairi com 53 unidades. No Município de Caucaia, entre as 276 unidades, 28 não apresentavam instalações de energia elétrica; em Aquiraz, este número foi reduzido para 8, já que o total de escolas era de 104.

No Município de São Gonçalo do Amarante, entre as 56 unidades, 17 não contavam com instalação de energia elétrica. No caso de Paraipaba, entre as 42 unidades escolares, 7 não apresentavam tal recurso.

No Município de Jijoca de Jericoacoara apenas uma escola não contava com energia elétrica e, finalmente, em Paraipaba todas as unidades escolares apresentavam tal recurso.

Sobre a existência de água e esgotamento sanitário, verifica-se que poucas unidades escolares ainda não contavam com tal recurso. Nos Municípios de São Gonçalo do Amarante, Paracuru e Jijoca de Jericoacoara, o número de escolas com água e esgotamento sanitário atingia a totalidade.

No Município de Fortaleza havia ausência destes recursos em três unidades escolares (total de 1.381); em Caucaia este número chegava a 13 (total de 170); em Aquiraz, a ausência de água e esgotamento sanitário era observada em três unidades (total de 104); em Trairi e Paraipaba havia duas unidades (total de 121 e 42, respectivamente).

O Município com maior número de escolas sem água e esgotamento sanitário, em 1999, era Camocim, já que contava com 22 escolas ainda sem tais recursos.

Os dados gerais revelam que, entre os dez Municípios pertencentes à ÁREA DE PLANEJAMENTO, as condições educacionais sofreram variações consideráveis, especialmente na última década, no sentido de melhorar a qualidade do ensino e reduzir o analfabetismo, entre 1992 e 1999, segundo o IBGE. Conforme já observado, o crescimento do número de crianças matriculadas na escola, nesse mesmo período, foi de 17,3%.

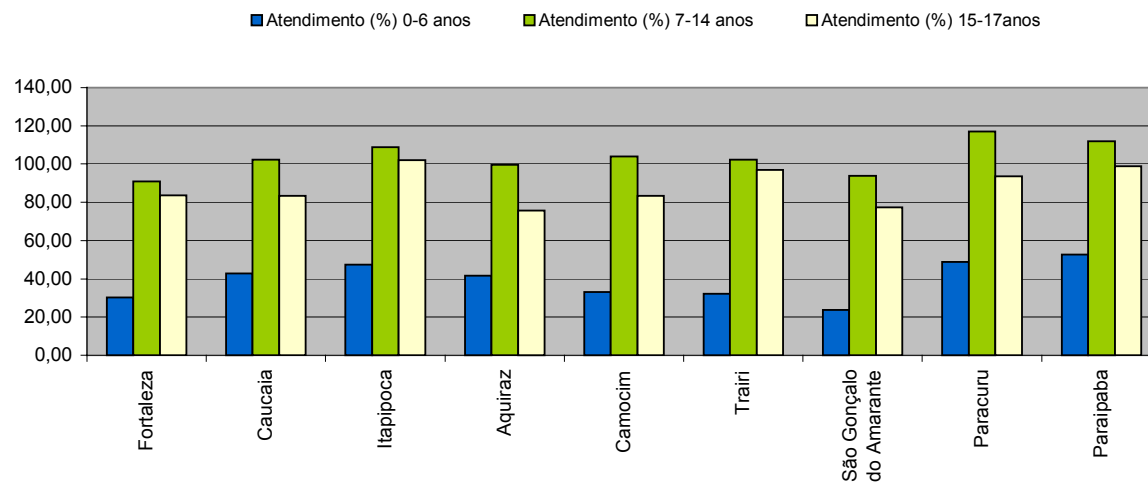
No caso dos Municípios analisados, esta situação pode ser notada pelos índices significativos de atendimento escolar e escolarização da população, especialmente entre 7 e 14 anos, o que mostra considerável melhoria, se comparado o IDH-M – Educação de 1991 e os indicadores disponíveis mais recentes.

O atendimento escolar entre 7 e 14 anos atinge a totalidade desta população nos Municípios de Caucaia, Itapipoca, Camocim, Trairi, Paracuru e Paraipaba. Nos outros Municípios o percentual de crianças atendidas nesta faixa etária superava 90% em 1999.

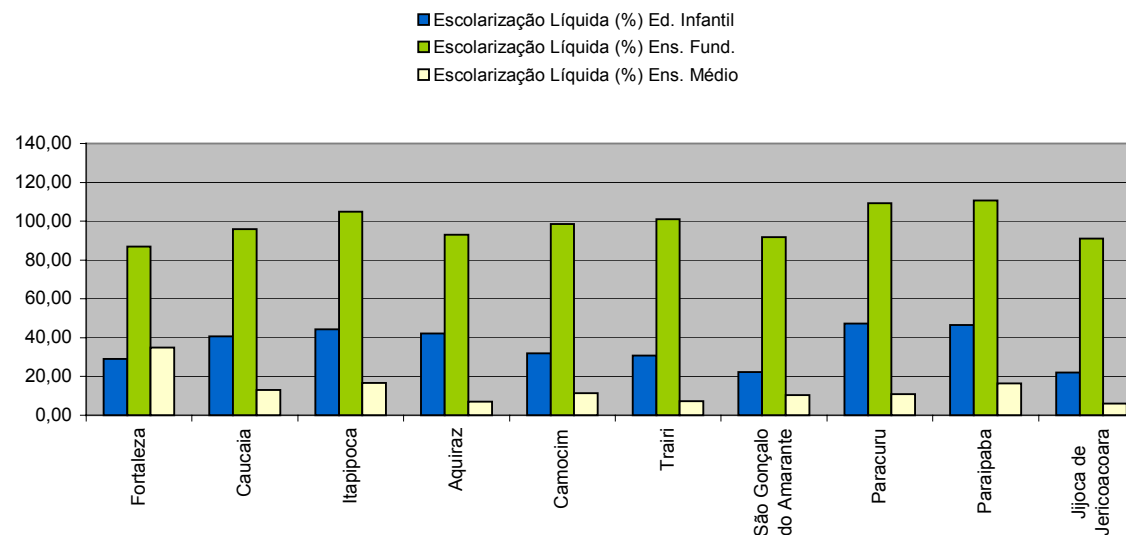
**Tabela DDS 19. Principais Indicadores Educacionais**

Município	Atendimento			Escolarização Líquida%			Aprovação %		Reprovação %		Abandono %		Repetência %	
	0-6 anos	7-14 anos	15-17 anos	Ed. Infantil	Ens. Fund.	Ens. Médio	Ens. Fund.	Ens. Médio	Ens. Fund.	Ens. Médio	Ens. Fund.	Ens. Médio	Ens. Fund.	Ens. Médio
Fortaleza	30,14	90,92	83,76	29,17	87,05	34,97	77,79	1,00	6,96	6,70	8,66	10,57	6,45	5,08
Caucaia	42,72	102,40	83,33	40,68	95,86	12,96	74,02	2,00	8,22	2,72	11,88	17,53	8,67	3,29
Itapipoca	47,43	108,77	102,15	44,42	104,81	16,71	89,51	3,00	4,08	3,31	8,03	22,21	8,15	4,49
Aquiraz	41,67	99,66	75,73	42,11	93,07	7,13	1,00	4,00	9,26	4,63	15,18	17,93	10,83	8,71
Camocim	33,10	104,07	83,51	32,01	98,48	11,43	2,00	5,00	10,95	3,04	11,33	15,91	7,00	5,11
Trairi	32,26	102,22	96,84	30,84	100,99	7,17	3,00	6,00	10,36	1,06	14,89	13,77	12,68	2,86
São Gonçalo do Amarante	23,58	93,85	77,31	22,37	91,88	10,40	4,00	7,00	11,40	2,27	7,80	9,56	10,20	0,99
Paracuru	48,86	117,07	93,52	47,22	109,21	10,81	5,00	8,00	6,41	5,55	9,23	11,82	5,43	3,40
Paraipaba	52,80	111,95	98,79	46,55	110,68	16,55	6,00	9,00	4,69	2,28	14,11	13,19	5,05	1,01
Jijoca de Jericoacoara	23,80	94,59	84,12	22,16	91,00	6,10	7,00	10,00	2,90	0,75	8,21	24,81	3,67	3,35

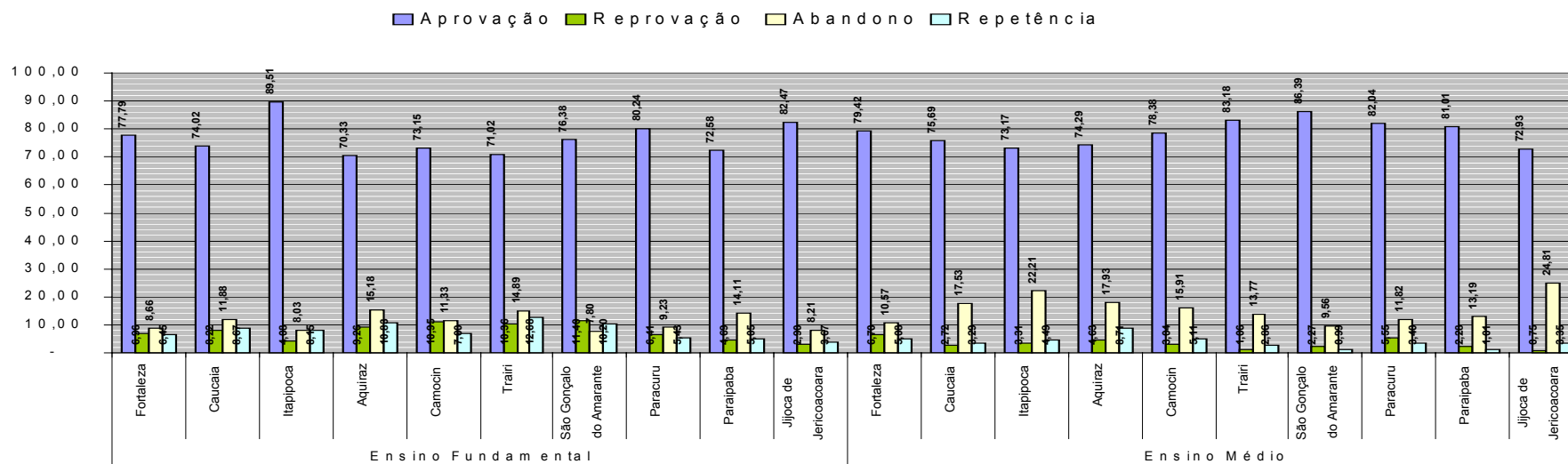
(Fonte: IBGE)



**Figura DDS 36.** Indicadores de Atendimento Escolar de 7 a 14 anos



**Figura DDS 37.** Indicadores de Escolarização Líquida



Fonte: IBGE

**Figura DDS 38.** Principais indicadores educacionais

Da mesma forma, o índice de escolarização no Ensino Fundamental é visivelmente satisfatório em grande parte dos Municípios analisados.

O menor percentual de escolarização pode ser notado no Município de Fortaleza (87,05%), seguido por Jijoca de Jericoacoara (91,00%). Em todos os outros, esse indicador é mais elevado.

É relevante observar que o índice de escolarização no Ensino Médio era consideravelmente superior no Município de Fortaleza, pois alcançava, em 1999, a taxa de 34,97%.

Este mesmo indicador era de: 16,71% no Município de Itapipoca; 16,55% em Paraipaba; 12,96% em Caucaia; 11,43% em Camocim; 10,81% em Paracuru; 10,40% em São Gonçalo do Amarante.

As piores taxas de escolarização no Ensino Médio foram observadas nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara (6,10%) e Trairi (7,17%).

De forma geral, pode-se observar sinais de melhoria no campo educacional. Conforme já mencionado, o Estado do Ceará foi submetido a ampla reforma a partir de 1995, por meio da mobilização social e da descentralização da gestão educacional.

A principal meta da Campanha realizada pelo Estado do Ceará constitui-se no esforço de inserir a criança na escola, especialmente entre 7 e 14 anos.

Segundo os Secretários da Educação dos Municípios inseridos na ÁREA DE PLANEJAMENTO<sup>8</sup>, a evasão escolar é insignificante no Estado do Ceará, embora, neste momento, as preocupações estejam voltadas para a necessidade de garantir um ensino de melhor qualidade em todos os níveis.

É relevante notar que o Programa Bolsa-Escola Federal tem contribuído para expandir e melhorar o sistema educacional brasileiro, além de evitar o trabalho precoce (infantil) o que, conseqüentemente, privaria a criança do direito de freqüentar a escola<sup>9</sup>.

Segundo informações obtidas junto aos Secretários de Educação, em todos os Municípios investigados existem famílias cadastradas no Programa Bolsa-Escola Federal.

No Município de Caucaia são cadastradas 14.789 famílias e atendidas 23.427 crianças. No Município de Itapipoca existem 7.221 famílias atendidas. Segundo a secretária da Educação, embora o Bolsa-Escola não atenda toda a comunidade, o índice de crianças fora da escola é muito baixo.

No Município de Aquiraz, 8.700 crianças são contempladas com o Bolsa-Escola. Além disso, o Município tem desenvolvido campanhas para manter a freqüência das crianças na escola junto ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público.

No Município de Camocim, o Bolsa-Escola atinge 4.110 famílias e 7.362 crianças. É interessante notar que, nesse Município, as Secretarias de Saúde e Educação trabalham em parceria, ou seja, quando um agente de Saúde detecta, durante as visitas às famílias, que existem crianças fora da escola, notifica imediatamente a Secretaria da Educação.

Segundo a secretária da Educação do Município de Trairi, existem 3.434 famílias cadastradas no Programa Bolsa-Escola Federal, o que contribui para a manutenção do elevado percentual de atendimento educacional entre as crianças de 6 a 15 anos.

---

<sup>8</sup> Vale observar que foi possível obter depoimentos dos Secretários da Educação em reuniões realizadas entre os dias 03/04/2002 e 12/04/2002 em todos os Municípios visitados: Aquiraz, Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Camocim e Jijoca de Jericoacoara.

<sup>9</sup> O Programa Bolsa-Escola Federal atende, no Brasil, 5.470 Municípios, o que corresponde a 98% dos Municípios brasileiros. São beneficiadas 8,2 milhões de crianças, ou 4,8 milhões de famílias com filhos entre 6 e 15 anos de idade. A meta do governo é atingir 6 milhões de famílias com renda *per capita* de até R\$ 90,00, que passarão a receber R\$ 15,00 por mês para cada filho. O limite é de três crianças por família.

No Município de Paracuru esse Programa atende 1.917 famílias, especialmente de pequenos agricultores que enfrentam períodos consideráveis de escassez da produção.

No Município de Paraipaba, segundo o secretário da Educação no Município, 97% das crianças entre 7 e 14 anos freqüentam a escola. Existem 1.755 famílias cadastradas e 2.873 crianças atendidas pelo Programa Bolsa-Escola.

Finalmente, em Jijoca de Jericoacoara, percebe-se elevado índice de atendimento escolar. Segundo a Secretaria de Educação do Município, das 2.607 crianças, existem cinco que não freqüentam a escola, o que corresponde a menos de 0,2% do total.

Em relação ao Programa Bolsa-Escola Federal, no Município de Jijoca de Jericoacoara são cadastradas 876 famílias.

Os depoimentos obtidos nos Municípios em reuniões com representantes do governo local (prefeitos e secretários, entre outros) constituíram um importante meio de observar e confirmar o que os dados brutos demonstraram. Ou seja, foi possível detectar um processo de transformação no quadro educacional, tanto no sentido de inserir a criança na escola em todos os níveis, quanto no sentido de garantir a melhoria da qualidade do ensino com a ampliação das bibliotecas, distribuição de material escolar/didático para professores e alunos, capacitação de professores, contratação de transporte para permitir o acesso das crianças à escola nos distritos, aquisição de merenda escolar, entre outras medidas necessárias para combater o quadro insatisfatório do sistema educacional.

Sobre o Ensino Universitário no Estado do Ceará, nota-se que o número de matriculados cresceu de forma considerável entre 1998 e 2000. Na primeira data foram matriculados 48.357 alunos. Em 2000 o número de matriculados chegou a 64.537, ou seja, houve um acréscimo de 16.180 matrículas.

**Tabela DDS 20. Matrículas nos Cursos de Nível Superior**

Instituições	Matrícula		
	1998	1999	2000
UFC	13.928	15.470	15.892
UECE	10.710	11.015	15.110*
URCA	4.297	5.131	6.724
UVA	6.480	11.918	11.427
UNIFOR*	12.942	14.545	15.384

Fonte: Universidade Federal do Ceará (UFC) - Coordenadoria de Estatística e Informática; Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa; Universidade Estadual do Aracajú (UVA) - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação; Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - Diretoria de Graduação; Universidade Regional de Cairi (URCA) - Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa.

\* posição 2º semestre

Foi possível notar, nos dados disponibilizados de 1997 e 1998, que 5.346 alunos concluíram o 3º grau em 1997. Já, em 1998 o total de concluintes foi de 6.071 estudantes e em 1999 o total foi de 5.155.

Na pós-graduação o número de concluintes em 1997 foi de 2.371, porém, no ano seguinte, nota-se uma redução nesse nível de ensino de 1.734 estudantes assim como em 1999, que teve 1.627 concluintes.

**Tabela DDS 21. Concluintes nos Cursos de Graduação e Pós**

Instituições	Matrícula					
	Graduação			Pós-Graduação		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
UFC	1.344	1.394	1.639	164	253	213
UECE	1.303	1.289	816	24	39	39
URCA	443	461	613	196	49	33
UVA	729	1.421	607	1.398	1.076	780
UNIFOR	1.527	1.506	1.480	589	317	562

Fonte: Universidade Federal do Ceará (UFC) - Coordenadoria de Estatística e Informática; Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa; Universidade Estadual do Aracajú (UVA) - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação; Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - Diretoria de Graduação; Universidade Regional de Cairi (URCA) - Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa

A qualificação dos docentes das Instituições de Ensino Superior sofre variações, mas é possível observar que 48% dos professores possuem mestrado (1.189 docentes) ou doutorado (609 docentes).

Os professores que têm especialização somaram o número de 1.348, o que representava 36% do total de professores universitários.

O número de professores universitários apenas com graduação era de 561 (15% do total).

**Tabela DDS 22. Docente por Instituição de Ensino**

ESPECIFICAÇÃO	DOCENTES														
	1997					1998					1999				
	UFC	UECE	UVA	URCA	UNIFOR	UFC	UECE	UVA	URCA	UNIFOR	UFC	UECE	UVA	URCA	UNIFOR
<b>Regime de Trabalho</b>	1.443	970	–	–	724	1.499	963	185	317	752	1.256	800	205	276	796
Dedicação Exclusiva	993	359	–	–	–	1.036	–	58	–	–	1.016	348	67	159	–
Professor 40 h	309	472	–	–	134	333	797	110	269	158	152	364	119	78	164
Professor 20 h	141	137	–	–	145	130	166	17	48	142	88	88	19	39	129
Professor 12 h	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Horista	–	–	–	–	445	–	–	–	–	452	–	–	–	–	503
<b>Qualificação</b>	1.443	970	–	–	724	1.499	963	185	317	752	1.256	800	205	276	796
Professor Graduado	242	290	–	–	26	249	167	28	94	23	94	168	25	70	12
Professor Especializado	210	384	–	–	487	192	420	105	135	496	154	281	115	115	448
Professor com Mestrado	578	238	–	–	179	593	276	52	76	192	546	258	63	79	272
Professor com Doutorado	413	58	–	–	32	465	91	–	12	41	462	93	2	12	64
Professor Pós-Graduado	–	–	–	–	–	–	9	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Universidade Federal do Ceará (UFC) - Coordenadoria de Estatística e Informática; Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa; Universidade Estadual do Aracajú (UVA) - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação; Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - Diretoria de Graduação; Universidade Regional de Cairi (URCA) - Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa.

As instituições de Ensino Superior estão concentradas, principalmente, na capital (Fortaleza). Daí a concentração do maior número de alunos nesse Município.

Os números fornecidos pelo IPLANCE revelam que, no Município de Fortaleza, 27.697 pessoas freqüentavam o Ensino Superior em 1999 (graduação e pós-graduação).

Em Caucaia, esse número somava 342, seguido por Itapipoca com 219. Nota-se, ainda, que no Município de Camocim 102 pessoas freqüentam uma instituição de Ensino Superior, o que o coloca numa posição de destaque.

**Tabela DDS 23. Freqüência no Ensino Superior-1999**

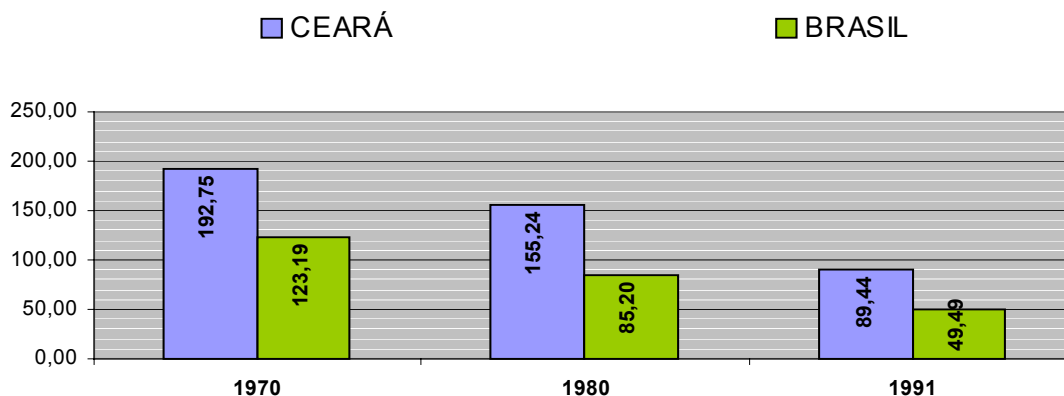
Município	Total	Superior	Mestrado/ Doutorado
Fortaleza	25.697	27.123	574
Caucaia	342	333	9
Itapipoca	219	218	1
Aquiraz	45	44	1
Camocim	102	101	1
Trairi	18	16	2
São Gonçalo do Amarante	21	19	2
Paracuru	26	26	-
Paraipaba	10	10	-
Jijoca de Jericoacoara	2	2	-

(Fonte: IPLANCE)

Nos Municípios cujas populações são menores, como Jijoca de Jericoacoara, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi, há uma pequena inserção de moradores nesse nível de ensino, conforme dados exibidos.

#### Saúde

No Brasil, a tendência à redução da mortalidade infantil ocorreu a partir da segunda metade do século XX, fato ligado ao desenvolvimento econômico e social do país. Esse fenômeno pode ser observado no Estado do Ceará, já que, em 1970, apresentava uma taxa de mortalidade infantil de 192,75, reduzida para 89,44 em 1991. Já em 1998, esse índice declinou para 44,6 por mil nascidos vivos.



**Figura DDS 39. Taxa de Mortalidade Infantil** (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

É importante lembrar que, de acordo com o IBGE, a menor taxa de mortalidade infantil, em 1999, era a do Estado do Rio Grande do Sul (18,4), enquanto o pior índice estava localizado no Estado de Alagoas (66,1%).

A redução da mortalidade infantil no Estado do Ceará entre 1992 e 1999 foi da ordem de 10,7%. Entretanto, este índice ficou aquém da média regional e nacional.

No Brasil, a redução da mortalidade infantil nesse mesmo período foi de 21,8% e no Nordeste, de 18,7%.

**Tabela DDS 24.** Redução de mortalidade infantil entre 1992 e 1999

Localidade	Taxa
Brasil	21,8%
Nordeste	18,7%
Piauí	36%
Ceará	10,7%
Sergipe	24,1%
Alagoas	26,5%
Maranhão	16,9%

(Fonte: IBGE)

Estes índices indicam o início de uma tendência favorável à melhoria das condições de vida da população. Entretanto, não se deve deixar de notar que a taxa média de mortalidade infantil, tanto no Estado do Ceará, quanto no Brasil ainda é preocupante.

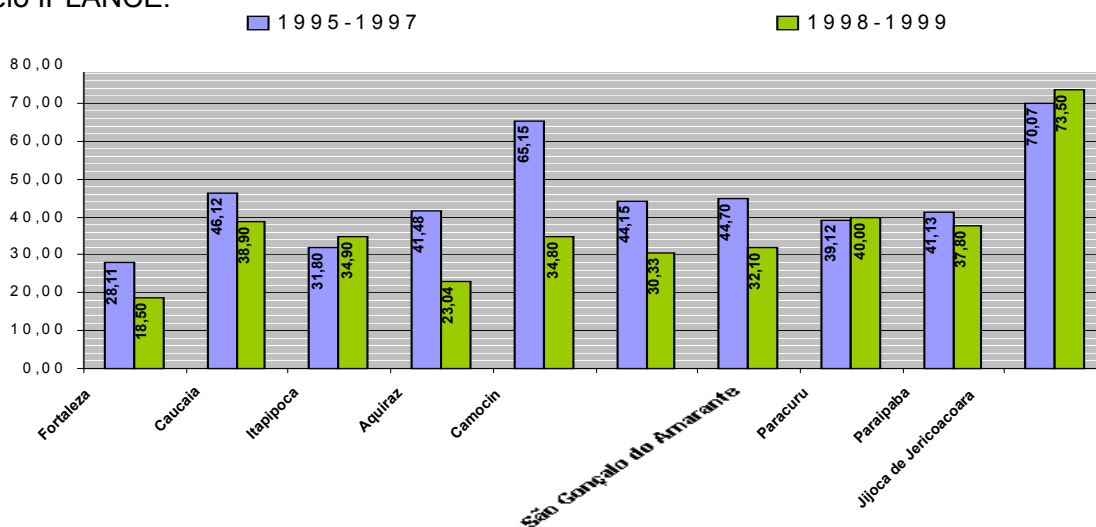
Segundo a UNESCO, há probabilidade de que 40 crianças morram antes de completar 5 anos em cada grupo de mil nascidos no Brasil. Este dado retrata um quadro extremamente insatisfatório, se comparado com a América Latina e o Caribe, onde a taxa de mortalidade infantil é de 39 (MARINHEIRO, 2001).

Os índices de mortalidade infantil dos Municípios pertencentes à ÁREA DE PLANEJAMENTO, embora apresentem variações, exibem um processo de transformação no sentido de acelerar a redução da média de mortalidade no primeiro ano de vida.

Observa-se, em quase todos os Municípios, uma intensificação desta redução no período entre 1995 e 1999, especialmente em Camocim e Aquiraz. Ambos apresentam um decréscimo na taxa de mortalidade infantil, que representa quase a metade, já que no Município de Camocim esse índice era de 65,15 em 1997, passando a 34,80 em 1999. No Município de Aquiraz, na primeira data, a taxa de mortalidade infantil era de 41,48, mas, em 1999, alcançou uma média de 23,04.

A redução dos índices de mortalidade infantil pode ser notada, também, nos Municípios de Trairi, São Gonçalo do Amarante, Fortaleza e Caucaia. Com menos intensidade, tal redução também ocorreu nos Municípios de Itapipoca e Paraipaba.

Apenas dois Municípios revelaram ligeiro crescimento nos índices de mortalidade infantil. No período de 1995-1997 a taxa de mortalidade infantil em Paracuru era de 39,12, passando a 40,00 no período 1998-1999. No Município de Jijoca de Jericoacoara esse indicador era de 70,07 entre 1998-1999, índice muito elevado conforme dados apresentador pelo IPLANCE.



**Figura DDS 40.** Taxa de Mortalidade Infantil por Municípios (Fonte: IPLANCE, SESA) \* A taxa de mortalidade infantil no Estado do Ceará neste período era de 34,96

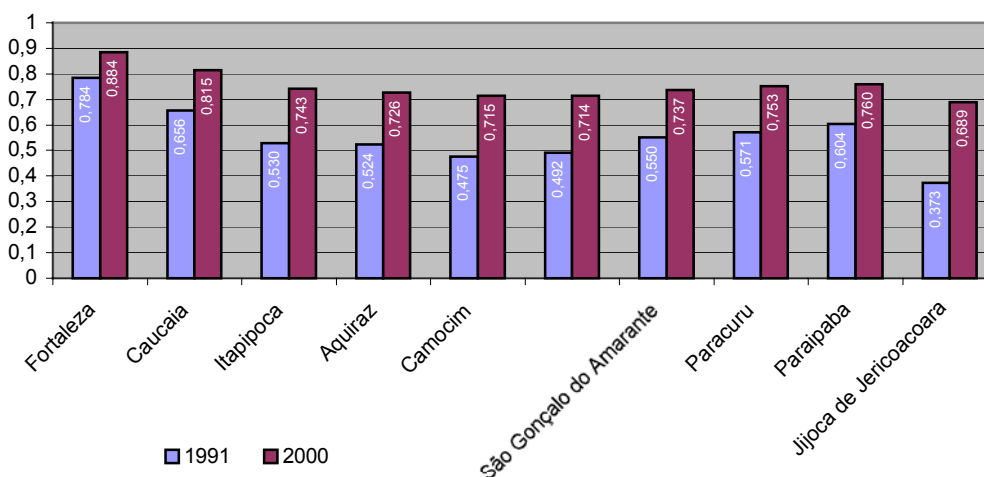
Dada a importância deste indicador, recorreu-se a fontes locais (Secretarias da Saúde Municipais) para investigar o quadro relativo à mortalidade infantil após 1999.

É importante notar que a avaliação dos indicadores de saúde, neste caso, referem-se às populações de baixa renda, exibindo um quadro de carências preocupante, o que revela a necessidade de programas voltados ao desenvolvimento social. Neste tema específico nota-se que em todos os Municípios investigados são realizadas intervenções na área de saúde pública, principalmente por intermédio do Programa Saúde de Família (PSF) em que profissionais de saúde deslocam-se para as pequenas localidades com carência de serviços de saúde.

É neste sentido que os governos locais têm procurado melhorar as condições de saúde dos moradores. Por intermédio das secretarias foi possível observar que, entre 1999 e 2001, a redução das taxas de mortalidade infantil foram intensificadas. Os dados disponibilizados revelam que, no Município de Caucaia, esse índice passou de 38,90 em 1999 para 22,00 em 2001; em Itapipoca passou de 34,90 em 1999 para 28,7 em 2001; em Aquiraz passou de 23,04 em 1999 para 20,47 em 2001; em Trairi passou de 30,33 em 1999 para 12,40 em 2001; em São Gonçalo do Amarante passou de 32,10 em 1999 para 17,60 em 2001; em Paraipaba passou de 37,80 em 1999 para 23,00 em 2001; em Jijoca de Jericoacoara passou de 73,50 em 1999 para 20,00 em 2001<sup>10</sup>.

A taxa de esperança de vida ao nascer associada à taxa de mortalidade infantil compõem o índice de longevidade. Este indicador revela as condições gerais de sobrevivência de uma determinada população. Os dados disponíveis entre 1970 e 2000 podem revelar sinais de melhoria desses aspectos nos Municípios analisados, acompanhando a tendência nacional.

Novamente destaca-se as diferenças de cálculo no período de 1970 a 1991 e 1991 e 2000. No entanto, destaca-se a evolução do índice em todos os municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO.



**Figura DDS 41.** IDH – M – Longevidade (Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil)

Observa-se crescimento do índice de longevidade em todos os Municípios relacionados acima. As piores taxas de longevidade exibidas nessa data foram encontradas nos Municípios de Camocim (0,630), Jijoca de Jericoacoara (0,653) e Paraouru (0,662). Mas, a análise das taxas de mortalidade infantil em períodos mais recentes indicam transformação considerável nesse quadro.

<sup>10</sup> Estes dados referentes ao período 1999/2001 foram obtidos junto aos (às) Secretários (as) da Saúde dos Municípios, em reuniões realizadas no período de 03/04/2003 a 12/04/2002.

Conforme já observado, o Estado do Ceará, desde 1995, tem ampliado os gastos na área social, no sentido de adotar políticas públicas como forma de intervenção num contexto marcado por carências sociais.

Diante dos indicadores insatisfatórios na área da saúde (mortalidade infantil, atendimento médico por habitante, leitos por habitantes e outros), foi intensificado o trabalho preventivo com agentes de saúde e atuação de equipes de profissionais do Programa de Assistência à Família (PSF), no qual a equipe desloca-se (unidades móveis) para as comunidades locais, especialmente nas áreas das serras e no sertão, onde o acesso aos serviços de saúde é praticamente inexistente.

É relevante destacar a importância dessa medida, já que, em todos os Municípios consultados, revelou-se que, devido ao PSF, o índice de cobertura nos serviços de saúde em geral<sup>11</sup> melhorou consideravelmente.

Os dados disponibilizados pelas Secretarias da Saúde revelaram que no Município de Caucaia existem 46 equipes de PSF, o que garante uma cobertura de 65% da população. Para o Secretário da Saúde, seriam necessárias 74 equipes para garantir a cobertura da totalidade da população.

Em contrapartida, existem Municípios em que a cobertura do PSF chega a 100% ou a quase totalidade da população.

No Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Aquiraz, o percentual de atendimento do PSF atinge a totalidade da população. No primeiro caso, a cobertura é de 113%, ou seja, as equipes existentes apresentam capacidade de cobrir uma área maior que o Município.

No Município de Paraipaba existem seis equipes do PSF, o que garante 92% de cobertura, além de contar com 38 Agentes Comunitários de Saúde que, somados às equipes de PSF, completam a capacidade de atender a totalidade da população.

No Município de Paracuru a cobertura do PSF atinge 95% da população. Em São Gonçalo do Amarante as equipes de saúde têm capacidade para atender 80% dos moradores.

No Município de Trairi, a cobertura do PSF é de 83,89% e, em Itapipoca esse índice é menor do que 65%<sup>12</sup>.

No Município de Camocim existem quatro equipes de saúde que atendem, principalmente, a população rural. Nota-se que, nesse Município, a equipe de saúde é bastante envolvida com trabalho de prevenção à dengue e às doenças sexualmente transmissíveis (DST), garantindo inclusive atendimento diferenciado para grupos de homossexuais e prostitutas.

Além dos dados obtidos junto às Secretarias de Saúde dos Municípios, pode-se recorrer aos números fornecidos pelo IPLANCE, referentes a 1998. Daí a preocupação de atualizar informações junto às Secretarias de Saúde.

**Tabela DDS 25. Programa Saúde Família – 1998**

Município	Agentes de Saúde	Famílias Acompanhadas	População Assistida	Crianças 0-11 meses vacinadas em dia	Crianças 0-11 meses subnutridas (%)	Crianças 12-23 meses subnutridas (%)
Fortaleza	865	-	-	73	6	10
Caucaia	119	27.188	119.899	73	15	18
Itapipoca	62	10.047	44.303	63	12	26

...

<sup>11</sup> As ações de saúde pública realizadas nos Municípios incluem planejamento familiar, pré-natal, crescimento e desenvolvimento infantil, aleitamento exclusivo, cobertura vacinal e saúde bucal.

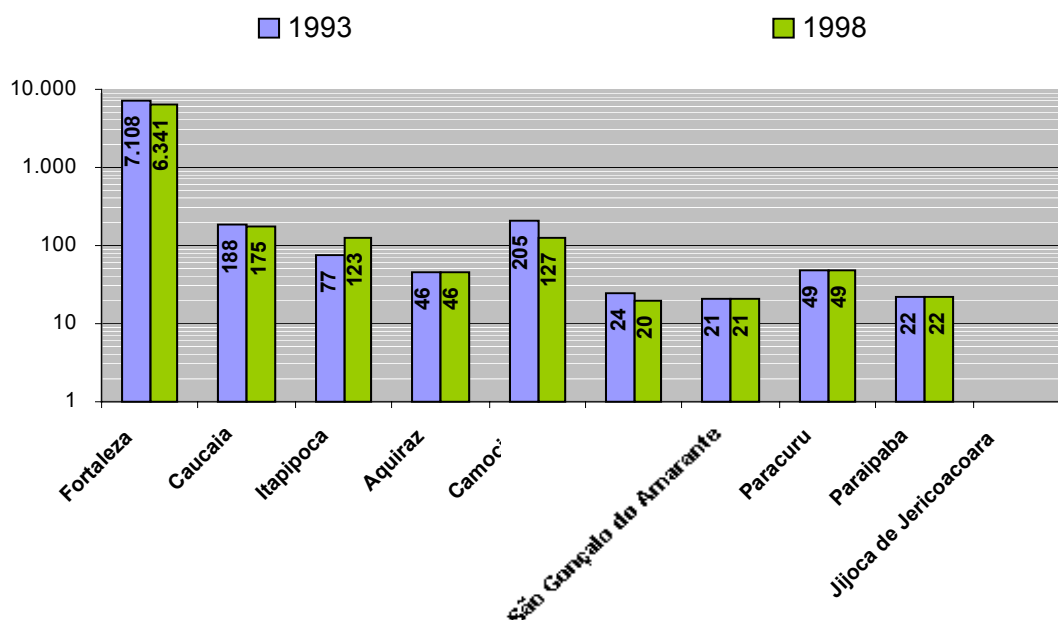
<sup>12</sup> No Município de Itapipoca serão implementadas mais três equipes de saúde a partir de junho/2002 com, o que se estima chegar a 80% de cobertura do PSF.

## Continuação da Tabela DDS 25

Município	Agentes de Saúde	Famílias Acompanhadas	População Assistida	Crianças 0-11 meses vacina em dia	Crianças 0-11 meses subnutridas (%)	Crianças 12-23 meses subnutridas (%)
Aquiraz	89	12.656	55.813	88	7	18
Camocim	77	10.256	45.229	71	8	26
Trairi	102	9.136	40.290	79	13	34
São Gonçalo do Amarante	30	6.973	30.751	70	8	28
Paracuru	45	5.232	23.073	81	8	24
Paraipaba	51	4.299	18.958	90	8	19
Jijoca de Jericoacoara	23	2.110	9.305	84	15	30

(Fonte: IPLANCE / SESA)

Entre os Municípios da área de interesse deste relatório, Fortaleza é o único que atende à expectativa aceita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação ao número desejável de leitos<sup>13</sup>.



**Figura DDS 42.** Total de Leitos Municipais (Fonte: IPLANCE, SESA, Anuário Estatístico do Ceará)

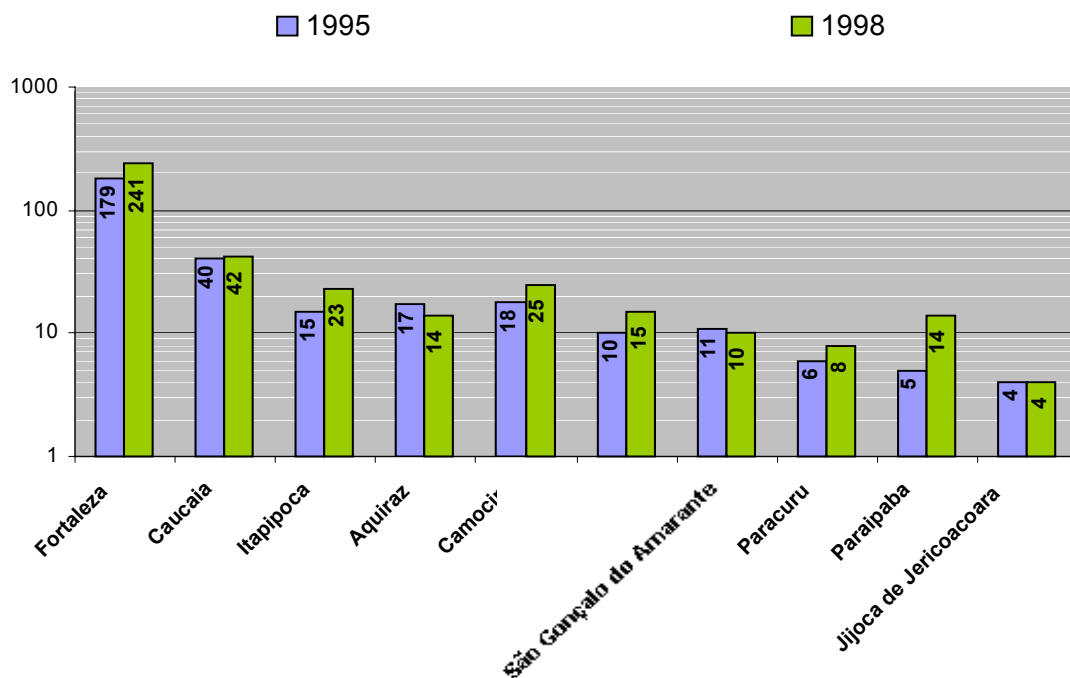
Os números absolutos exibidos revelam sensível variação no que se refere à oferta de leitos para a população local.

Segundo o IPLANCE, a proporção leitos/habitantes no Estado do Ceará era de 2,41 em 1999, mas, na capital, esta relação é superior, já que existiam 3,10 para cada 1.000 habitantes. A segunda melhor situação pode ser verificada no Município de Camocim, onde existiam 2,45 leitos para cada 1.000 habitantes em 1999.

No Município de Paracuru esta relação é de 1,78, seguido por Itapipoca, com 1,55; Paraipaba, com 1,04; Aquiraz, com 0,84; Caucaia, com 0,77; São Gonçalo do Amarante, com 0,62; e Trairi, com 0,49. No Município de Jijoca de Jericoacoara não há leitos disponíveis para a comunidade local.

Sobre as Unidades de Saúde existentes, há, também, variações consideráveis entre os dez Municípios investigados neste relatório.

<sup>13</sup> A OMS considera que o número de leitos desejável seja de 3 a 4 para cada 1.000 habitantes.

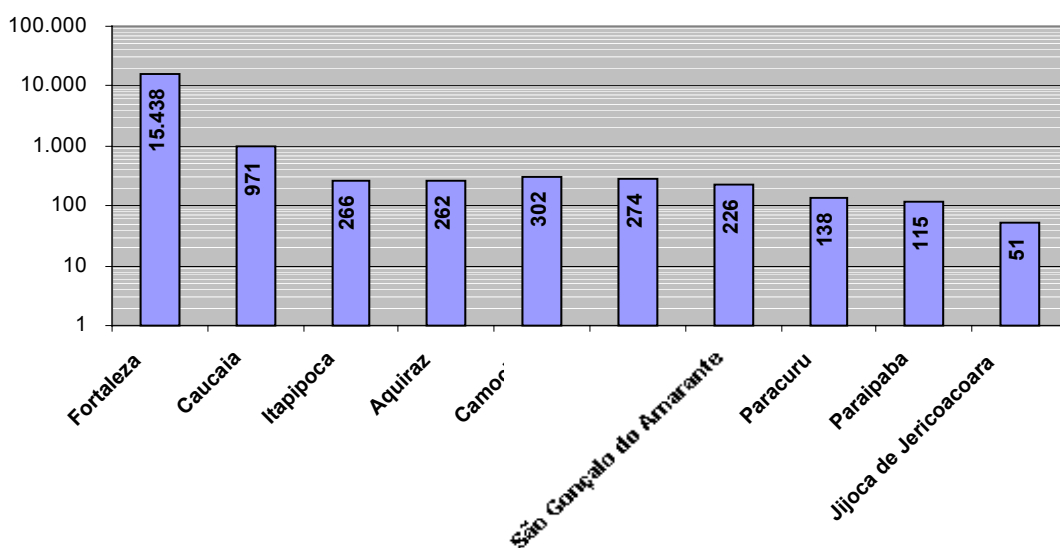


**Figura DDS 43.** Unidades de saúde ligadas ao SUS (Fonte: IPLANCE, SESA, Anuário Estatístico do Ceará) \* Inclui postos de saúde, centros de saúde, ambulatório, consultório médico/odontológico, hospital e maternidade, unidade mista e unidade móvel

Para analisar a capacidade de oferta de serviços de saúde pode-se recorrer, também, à verificação da relação unidades de saúde/habitantes.

A melhor situação, em 1999, foi encontrada no Município de Paraipaba, cuja proporção era de 0,66, seguido por Camocim (0,48), Trairi (0,37), Jijoca de Jericoacoara (0,35), Paracuru (0,33), São Gonçalo do Amarante (0,29), Itapipoca (0,28), Aquiraz (0,26), Caucaia (0,18) e Fortaleza (0,12).

É importante notar que a menor oferta de Unidade de Saúde ligada ao Sistema Único de Saúde (SUS) pode não significar necessariamente maior oferta de serviços médicos de outros profissionais de saúde.



**Figura DDS 44.** Profissionais da Saúde (Fonte: SESA) \* Inclui-se médicos, dentistas, enfermeiros e agentes comunitários

O número total de profissionais da saúde disponíveis no ano de 1999 revela uma variação na proporção Total de Profissionais de Saúde/População.

Os dados disponibilizados pelo IPLANCE demonstram, por exemplo, que a relação Atendimento Médico/100 habitantes é mais satisfatória no Município de Camocim e Itapipoca, pois no primeiro existia, em 1999, um médico para cada 207,87 habitantes, e, no segundo, um médico para cada 207,93.

Esta relação no Município de Jijoca de Jericoacoara era de 216,32, seguido por São Gonçalo do Amarante com um médico para cada 248,22 habitantes, Aquiraz com um médico para cada 259,97 habitantes, Caucaia com um médico para cada 288,85 habitantes, Paraipaba com um médico para cada 290,20 habitantes, Trairi com um médico para cada 324,00 habitantes, Fortaleza com um médico para cada 349,73 habitantes e, finalmente, Paracuru com um médico para cada 419,25 habitantes.

**Tabela DDS 26. Principais Indicadores de Saúde 1999**

Município/Estados	Atendimento Médico/100 hab.	Atendimento Odontológico/100 hab.	Nascidos Vivos (n.v.)	Óbitos	Taxa de Mortalidade Infantil 1.000 (n.v.)	Leitos/1.000 hab.	Unidades de saúde/100 hab
Ceará	267,35	106,99	105.677	3.694	34,96	2,14	0,34
Fortaleza	349,73	160,27	42.656	790	18,50	3,10	0,12
Caucaia	288,85	169,35	2.316	90	38,90	0,77	0,18
Itapipoca	207,93	73,55	1.288	45	34,90	1,55	0,28
Aquiraz	259,97	94,26	1.172	27	23,04	0,84	0,26
Camocim	207,87	83,77	977	34	34,80	2,45	0,48
Trairi	324,00	59,68	989	30	30,33	0,49	0,37
São Gonçalo do Amarante	248,22	145,13	685	22	32,10	0,62	0,29
Paracuru	419,25	72,80	539	25	40,00	1,78	0,33
Paraipaba	290,20	56,08	529	20	37,80	1,04	0,66
Jijoca de Jericoacoara	216,32	40,15	204	15	73,50	-	0,35

(Fonte: IPLANCE / SESA)

De forma geral, pode-se verificar que há considerável preocupação dos governos dos Municípios no sentido de corrigir os quadros insatisfatórios ligados à saúde da população local sujeita a condições de vida marcadas por problemas sociais, como desemprego, baixa renda, baixo nível de escolaridade, entre outros. Daí a considerável importância atribuída ao Programa Saúde da Família e ao trabalho preventivo realizado pelos agentes comunitários de saúde.

No que tange à capacidade de atender o turista, pode-se notar, entre os Municípios da ÁREA DE PLANEJAMENTO, que apenas Fortaleza atinge o índice desejável de leitos, assistência médico-hospitalar, considerando-se o número total de habitantes. Neste Município existe, também, um programa conhecido por SAT (Serviço de Apoio ao Turista), o que permite atender emergências de forma satisfatória.

O SAT conta com ambulâncias que ficam disponíveis, juntamente com equipes preparadas para atender o turista, especialmente em casos de ressuscitação e com necessidade de serviços de Unidade de Tratamento Intensiva (U.T.I. móvel).

Segundo os depoimentos dos Secretários de Saúde pode-se afirmar que há considerável déficit, especialmente quando há população superior àquela já existente, ou seja, em período de maior fluxo turístico, os Municípios não estão preparados, de forma geral, para atender adequadamente os visitantes.

No Município de Paracuru, por exemplo, o maior déficit de serviços de saúde ocorre justamente nos finais de semana. No Município de Camocim, o atendimento ao turista é satisfatório apenas em casos considerados simples. Este Município não conta, por exemplo, com médicos especialistas. No Município de Itapipoca, o Hospital São Camilo atende, além da população local, toda a região. Em casos que exigem maiores cuidados, os turistas são

encaminhados para este hospital, situado a aproximadamente 60 quilômetros do litoral. Quando se trata de atendimento primário, os turistas são atendidos na própria região do litoral pelas equipes PSF-marinheiros que, normalmente, destinam cuidados de saúde para as comunidades locais (Praia da Baleia).

No Município de Caucaia, segundo o Secretário de Saúde, o atendimento ao turista não é satisfatório do ponto de vista qualitativo. Nesse Município existem seis Centros de Saúde localizados na região litorânea, o que cobre a demanda, além dos hospitais existentes.

No Município de Aquiraz, o maior problema em relação ao atendimento ao turista diz respeito à capacidade dos serviços de saúde atenderem casos de maior complexidade. Não há, por exemplo, serviços de atendimento na área de traumatologia.

No Município de Trairi existe melhor estrutura para atendimento nos finais de semana. Nesse Município são oferecidos diversos serviços que abrangem as áreas de traumatologia, neurologia, otorrinolaringologia, entre outras.

No Município de São Gonçalo do Amarante foi possível constatar que a quantidade de serviços e profissionais da área da saúde é satisfatória, mas a qualidade, o acesso e o ambiente necessitam de reformulação, especialmente em casos de emergência e traumatologia. Segundo o Secretário da Saúde, o Município tem procurado criar condições para melhorar tanto o atendimento aos turistas, quanto à população local.

O Município de Paraipaba conta com uma equipe do PSF na praia da Lagoinha, cujo posto de saúde funciona 24 horas, em todos os dias da semana, com capacidade de receber os turistas. Em caso de acidentes, os pacientes recebem os primeiros cuidados e são encaminhados para o hospital mais próximo, localizado a aproximadamente, dez quilômetros do litoral.

Finalmente, no Município de Jijoca de Jericoacoara, nota-se investimento significativo na área social por parte do governo local, mas o atendimento médico-hospitalar ainda não existe. Logo, os turistas são encaminhados para os Municípios de Cruz ou Sobral quando há necessidade de serviços específicos.

Pode-se notar que alguns Municípios apresentam um quadro de insuficiência para atender o turista, já que a própria população local não conta com condições totalmente satisfatórias em relação à capacidade de atendimento na área da saúde.

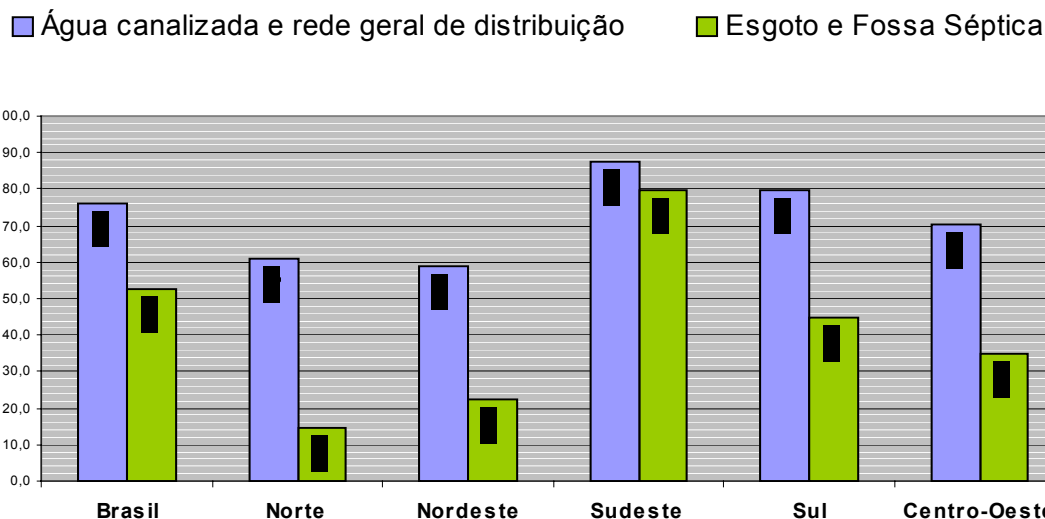
Para atingir condições de saúde desejáveis é necessário, evidentemente, melhorar as condições sociais gerais da população. Como esta transformação é lenta em algumas regiões do Brasil, a melhoria dos índices de mortalidade infantil, longevidade, entre outros fatores relacionados à saúde pública, estão ligados, especialmente, à expansão da assistência médica, dos serviços de saúde preventiva e do saneamento básico<sup>14</sup>.

Excetuando o Município de Fortaleza, nota-se déficit no que diz respeito às condições de saneamento básico na ÁREA DE PLANEJAMENTO. Uma análise detalhada das condições da infra-estrutura básica será feita em capítulo próximo do diagnóstico.

Este quadro não se diferencia da situação regional. Nota-se que, em 2000, a região Nordeste apresentava o mais baixo índice de Água Canalizada e rede geral de distribuição de água do Brasil.

---

<sup>14</sup> A melhoria das condições de saúde não poderia ocorrer sem crescimento do rendimento das famílias, e, conseqüentemente, acesso à alimentação, educação e melhores condições de moradia.



**Figura DDS 45.** Domicílios por Condição de Saneamento (Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 1999 [CD ROOM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000)

Faz-se necessário observar, porém, que a melhoria das condições de saneamento básico constitui uma das principais preocupações do Governo do Ceará, tanto que, no PRODETUR/CE I, foram destinados recursos para obras de Saneamento Básico, buscando melhorar as condições de saúde pública das populações receptoras do turismo nos Municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, Paracuru, Trairi e Itapipoca, conforme avaliado no item destinado à Avaliação do PRODETUR/CE I.

Segundo dados fornecido pelo IBGE houve crescimento do número de domicílios com saneamento básico da ordem de 21,8% no Estado.

**Tabela DDS 27.** Crescimento do número de domicílios com saneamento básico entre 1992 a 1999

Localidade	Taxa
Brasil	7%
Nordeste	14,5%
Piauí	19,5%
Ceará	21,8%
Sergipe	17,2%
Alagoas	5,2%
Maranhão	41%

(Fonte: IBGE)

O Estado do Ceará superou, portanto, os índices nacionais e regionais, no que diz respeito à melhoria das condições de saneamento na última década.

Evidentemente, diversos fatores podem ser analisados para avaliar o déficit nos serviços públicos básicos, mas procurou-se dirigir a atenção para setores ligados diretamente à satisfação das condições de vida essenciais, tais como educação e saúde.

#### • PIB

O poder de compra de uma determinada população, ou seja, a renda, é medida pelo Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita), utilizando-se critérios condizentes ao custo de vida local, o que viabiliza a comparação entre diversos países e regiões<sup>15</sup>.

O PIB per capita constitui um importante indicador das condições de vida de uma população, pois o maior rendimento das famílias leva à melhoria das condições sociais gerais, incluindo-se, aqui, a alimentação, a educação e a moradia.

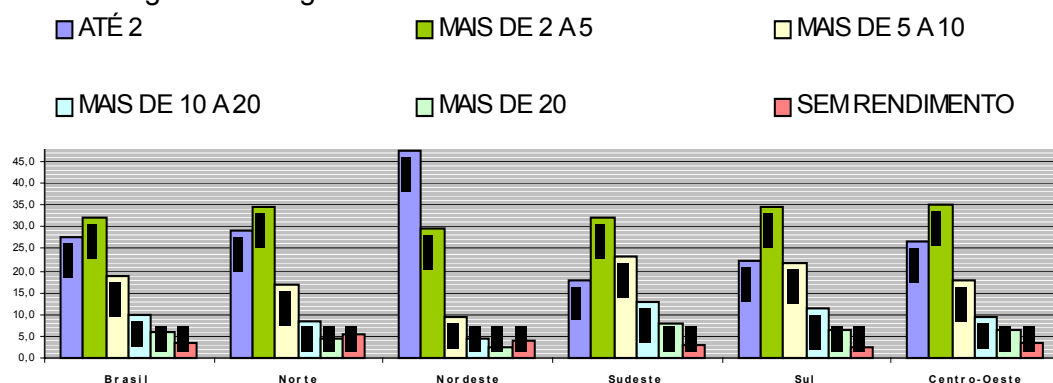
<sup>15</sup> Esta metodologia é conhecida como PPC (Paridade do Poder de Compra)

Segundo o IBGE, o rendimento real médio dos responsáveis pelo domicílios brasileiros aumentou 41,9% de 1991 até 2000 (em valores reais passou de R\$ 542,00 para R\$ 769,00).

Em termos regionais, este órgão observa que, na última década, a Região Sul apresentou um ganho real de 50,2% seguida pela Região Nordeste, cuja taxa foi de 48,8% e pela Centro-Oeste, com 45,3%.

Embora estes ganhos reais sejam expressivos, nota-se a manutenção da desigualdade regional elucidada pelos números apresentados pelo IBGE. O rendimento médio dos responsáveis pelo domicílios na Região Sudeste era de R\$ 945,00 em 2000, o que representa mais que o dobro daquele apresentado pela Região Nordeste (R\$ 448,00).

A pesquisa nacional por amostra de domicílios realizada pelo IBGE em 1999 confirma tal desigualdade regional no Brasil.



**Figura DDS 46.** Família por classe de rendimento médio mensal (Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 1999 [CD ROOM]. Microdados. Rio de Janeiro:IBGE, 2000)

Nota-se que a Região Nordeste destaca-se das demais regiões no item alusivo à média mensal de rendimento até dois salários mínimos. Enquanto o percentual de famílias que ganham até dois salários mínimos era de 17,7 na Região Sudeste, na Região Sul era de 22,2, e na Região Nordeste, o índice era de 47,5. De maneira oposta, nessa região encontrou-se o menor percentual de famílias com rendimento médio mensal acima de cinco salários mínimos.

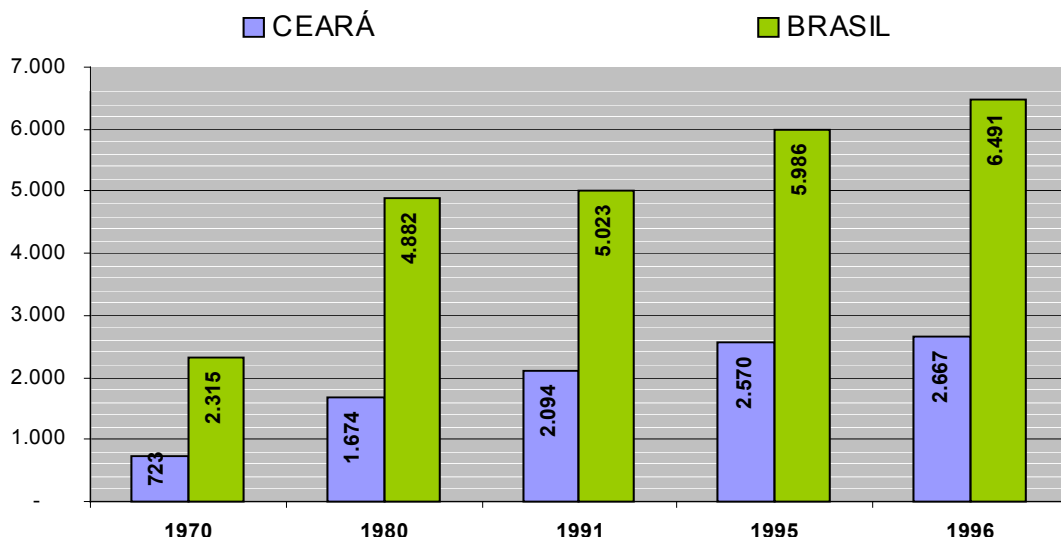
O crescimento do PIB per capita entre 1992 e 1999 no Estado do Ceará foi de 18,3%, índice aquém da média exibida pelo Nordeste (19,2), porém próximo à média nacional de 18,8.

**Tabela DDS 28.** Crescimento do PIB per capita entre 1999 e 2000

Localidade	Taxa
Brasil	18,8%
Nordeste	19,2%
Piauí	16,8%
Ceará	18,3%
Sergipe	19,2%
Alagoas	21,5%
Maranhão	9,8%

(Fonte: IBGE)

Embora tenha demonstrado crescimento considerável, deve-se observar que o PIB per capita do Estado do Ceará, em 1996, apresentava uma situação consideravelmente aquém da média nacional. Enquanto o PIB per capita no Brasil era de 6.491, no Estado do Ceará este mesmo índice era de 2.667.

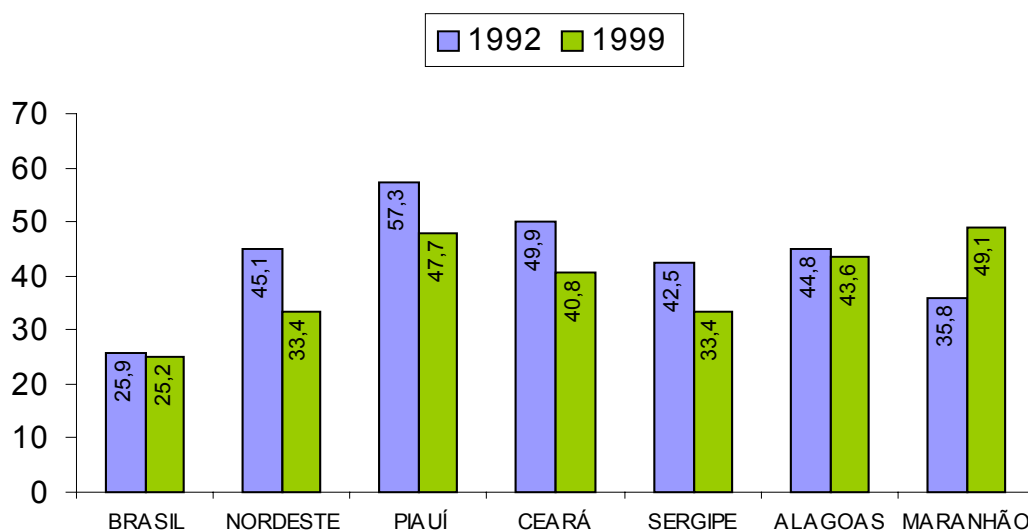


**Figura DDS 47.** PIB per capita (US\$) – 1970 – 1996 (Fonte: PNUD, IPEA, FJP e IBGE)

É importante destacar, aqui, que a renda da Região Nordeste, em 2000, ainda estava consideravelmente aquém das regiões que apresentavam índices mais satisfatórios, conforme observado anteriormente.

Os números indicam, portanto, que para alcançar a média do Brasil, o Estado do Ceará precisaria incrementar seu PIB per capita de forma acelerada.

A alteração do quadro insatisfatório, no qual se encontrava o Estado do Ceará já pode ser notada mediante a análise do índice de redução do número de famílias vivendo com  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita na última década.



**Figura DDS 48.** População vivendo com  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita – 1992-1999 (Fonte: IBGE)

O número de famílias vivendo nestas condições foi reduzido em todo o país, o que significa aumento de renda, especialmente na última década. Nota-se que o único Estado em que este contingente cresceu, ou seja, em que houve perda de renda, foi o Maranhão.

No caso do Estado do Ceará, esta situação aparece de forma invertida, na medida em que apresenta redução considerável na população que vive com renda inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Além disso, exibe um ritmo de crescimento de renda superior à média nacional.

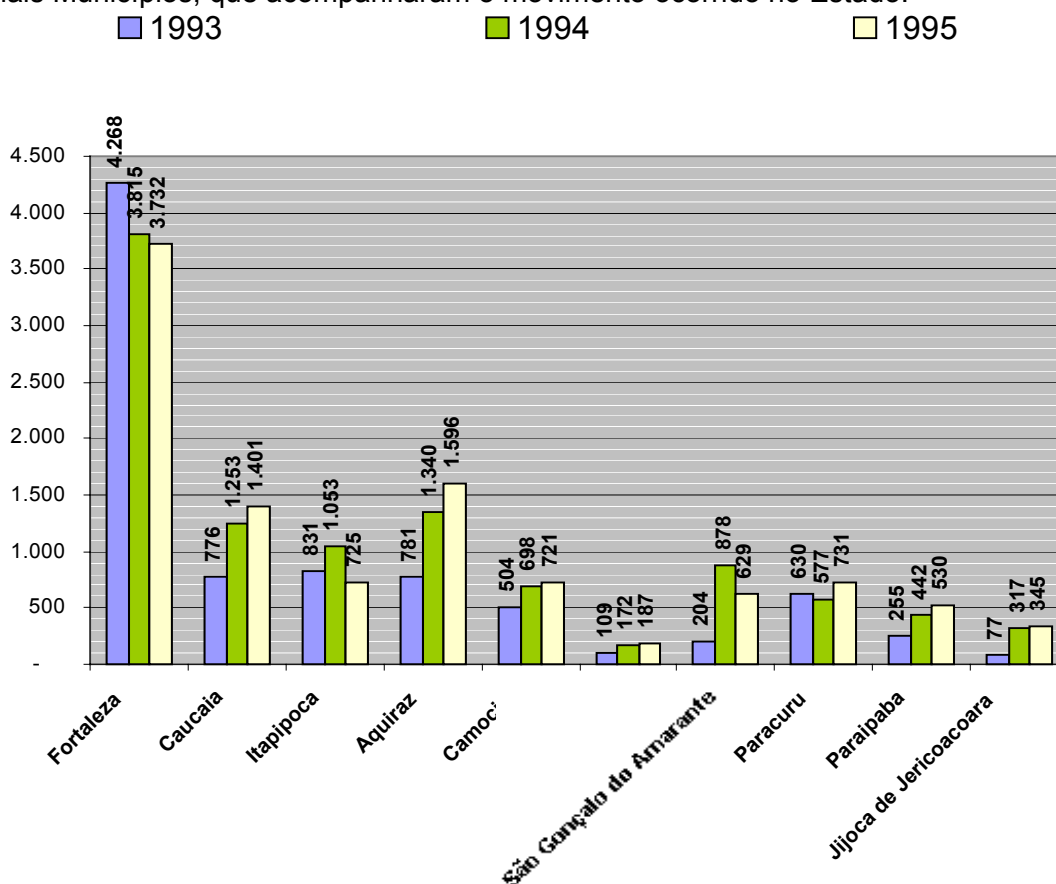
É relevante observar que a matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, do dia 28 de abril de 2002, confirma tal situação. Segundo a matéria, o “Ceará eleva renda e melhora índices acima da média do NE”, entretanto, este Estado mantém “bolsões de pobreza” e forte “concentração de renda” (Folha de São Paulo, 2002).

Entretanto, não é possível deixar de observar um processo de redução dos níveis de pobreza em andamento. Observa-se, por exemplo, que a média salarial das pessoas ocupadas em 1992 era de R\$ 178,3 no Estado do Ceará. Crescendo para R\$ 262,3, em 1995.

Pode-se recorrer, também, às análises realizada por VASCONCELOS:

“A renda per capita do Ceará subiu de R\$ 1.467,00, em 1990 para R\$ 1.637,00, em 1995, em termos absolutos. Ou seja, um aumento acumulado de 11,6% (em comparação a 6,3% do Brasil e a 4,2% do Nordeste), segundo o Centro de Economia Regional da Universidade Federal do Ceará.” (VASCONCELOS, 2002).

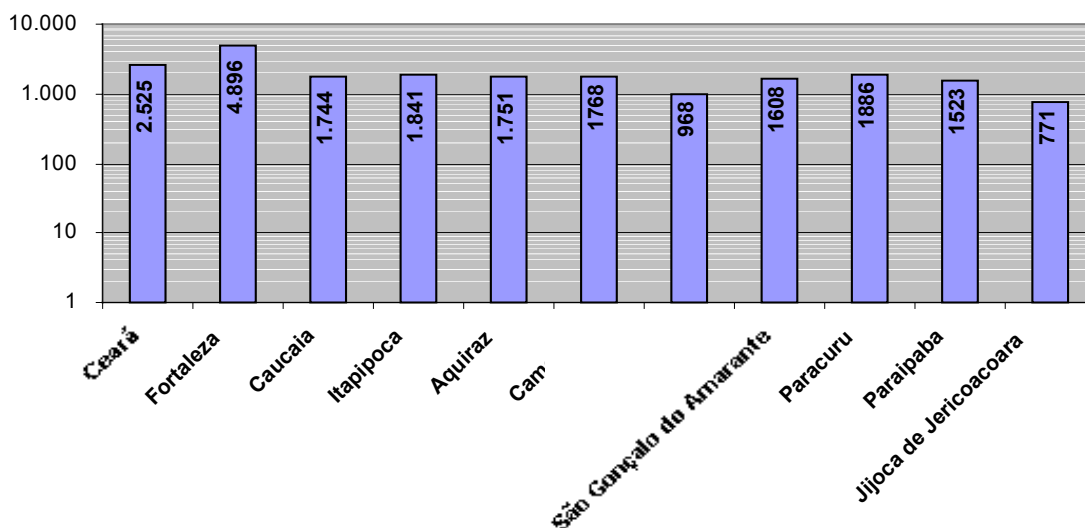
Em relação à ÁREA DE PLANEJAMENTO, foi possível observar o crescimento da renda per capita, em oito Municípios: Caucaia, Aquiraz, Camocim, Trairi, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba e Jijoca de Jericoacoara. Apenas nos Municípios de Fortaleza e de Itapipoca nota-se ligeira queda, contrariando a tendência observada nos demais Municípios, que acompanharam o movimento ocorrido no Estado.



**Figura DDS 49.** Renda per capita (R\$) (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

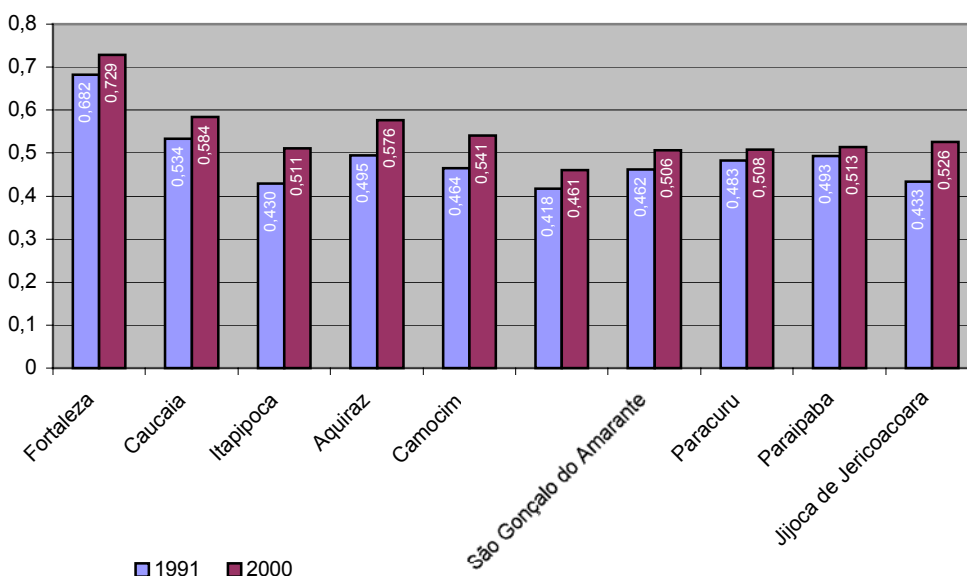
Entretanto, as diferenças entre os Municípios em relação ao PIB per capita são acentuadas. O único Município que consegue apresentar quadro superior à média do Estado do Ceará é Fortaleza (4.896), pois exibe um PIB que representa quase o dobro do índice estadual (2.525).

Os números mais baixos estão localizados nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e de Trairi, cujos PIB's são 771 e 968, respectivamente. Nos outros Municípios encontra-se um quadro com ligeiras diferenças, já que o PIB per capita variava entre 1.523 e 1.886.



**Figura DDS 50.** PIB per capita (R\$) – 1996 (Fonte: IPLANCE)

Os dados que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal referente ao bloco Renda disponível nas datas de 1991 e 2000 revelam que a melhor situação em relação à renda média pode ser observada no Município de Fortaleza, cujo IDH-M – Renda era de 0,729 em 2000.



**Figura DDS 51.** IDH-M – Renda (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O pior quadro encontrado nesta data (2000) foi no Município de Trairi cujo IDH-M – Renda era de 0,461. Pode-se observar variações deste indicador nos demais Municípios, mas, em todos nota-se considerável diferença em relação ao IDH-M – Renda de Fortaleza. Entre eles, o melhor quadro era verificado no Município de Caucaia, com IDH-M – Renda 0,584.

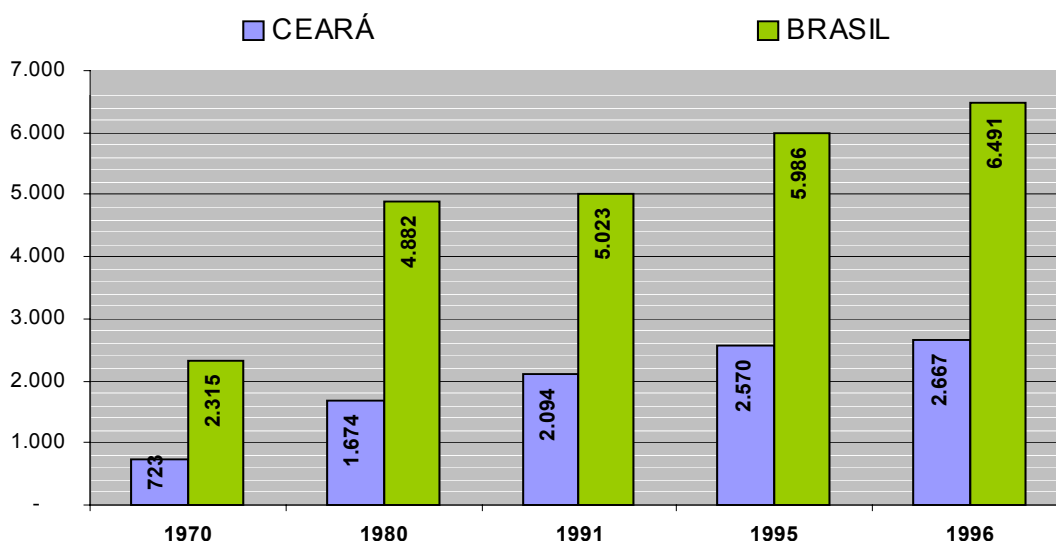
O Brasil pode ser considerado um país rico já que, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), países com a mesma faixa de renda per capita (3.500 a 6.000 dólares) possuem uma taxa muito menor de pobreza. De acordo com este órgão (as informações divulgadas pela IPEA foram baseadas no relatório do PNUD de 1999), em

Costa Rica, por exemplo, a taxa de pobreza é de 19%, seguida pelo México e pelo Chile, ambos com 15%.

Além desta observação, ainda de acordo com o IPEA, metade dos miseráveis brasileiros vivem no Nordeste, geralmente em áreas rurais de Municípios muito pequenos.

Em 1991, no Estado do Ceará, a porcentagem de pessoas vivendo com renda insuficiente era de 72,78%, enquanto, no Brasil, este percentual era de 45,46%. Nesta mesma data, o grau de desigualdade, de acordo com os indicadores do Bloco – Renda, no Estado do Ceará, era de 0,81. Já no Brasil, este indicador era de 0,78, no Maranhão, 0,64; em Alagoas e Sergipe, 0,7116.

Em 1996, o PIB per capita do Estado do Ceará era de US\$ 2.667, média acima do Brasil, cujo o PIB per capita, na mesma data, era de US\$ 6.491.



**Figura DDS 52.** PIB per capita (Fonte: PNUD, IPEA, FJP e IBGE)

Embora os números revelados aqui sejam referentes a 1991/1996, últimas datas divulgadas pelo IBGE, constata-se a permanência significativa de renda insuficiente na área do Pólo, o que acarreta, evidentemente, um quadro a ser melhorado do ponto de vista social.

A aceleração das condições socioeconômicas pode, contudo, ocorrer caso o problema seja atacado com apoio institucional, principalmente, com ações na área da saúde, educação e emprego. Vale lembrar que o Governo do Ceará tem procurado inibir a pobreza por meio de melhoria na área da educação e saúde a partir de reformulações administrativas desde 1990. Neste sentido, a área da saúde foi prioridade neste Estado, de tal forma que a redução da mortalidade infantil no Ceará mereceu o prêmio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Na área da educação, houve aumento considerável da escolarização na última década (passou de 80,8% em 1992, para 94,8% em 1999). No Estado do Ceará verificou-se, também, queda na taxa de analfabetismo que, em 1992, era 34,5%, passando a 27,8% em 1999.

- **Taxa de emprego e desemprego**

A taxa média de desemprego é realizada pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em seis principais regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A taxa registrada em janeiro de 2002 ficou em 6,8% sendo que, em janeiro de 2001 este índice foi de 5,7%.

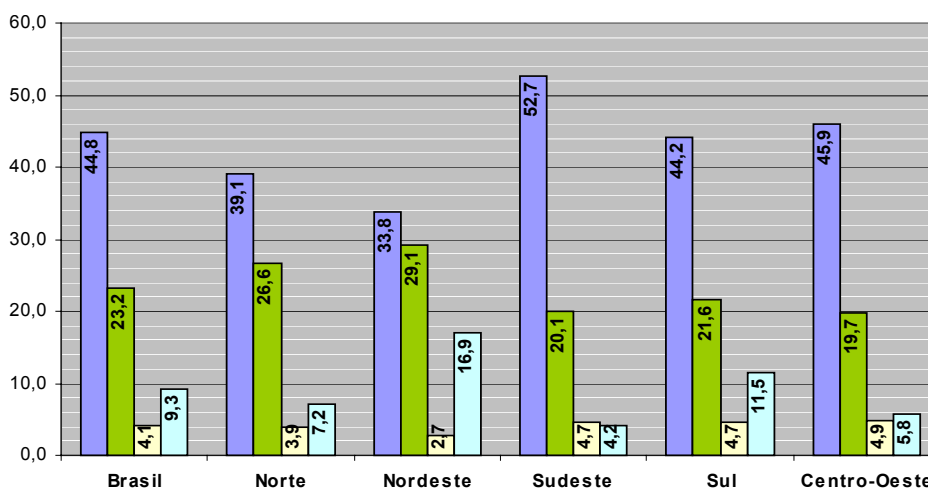
<sup>16</sup> Estas informações estão disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano, cujos dados não estão atualizados.

Desta forma, a análise do emprego/desemprego nos Municípios pertencentes à ÁREA DE PLANEJAMENTO conta com a ausência de dados seguros em relação às taxas que permitem visualizar o quadro relativo a esse tema.

Entretanto, recorreu-se a diferentes referenciais, permitindo constatar o caráter de vulnerabilidade da população no que tange à oferta de emprego formal.

A análise do emprego nas grandes regiões do país permite notar que a região Nordeste apresenta o menor índice de empregados (33,8), ou seja, a taxa desta região encontrava-se, em 1999, acima do contexto nacional (44,8). Esta mesma situação pode ser verificada no item “empregador”. Enquanto as Regiões Sudeste e Sul apresentam um índice de 4,7, e a Região Centro-Oeste, de 4,9; no Nordeste este percentual é de 2,7, o que o coloca acima de a todas as Regiões do país.

■ EMPREGADOS ■ CONTA PRÓPRIA □ EMPREGADOR □ NÃO REMUNERADO

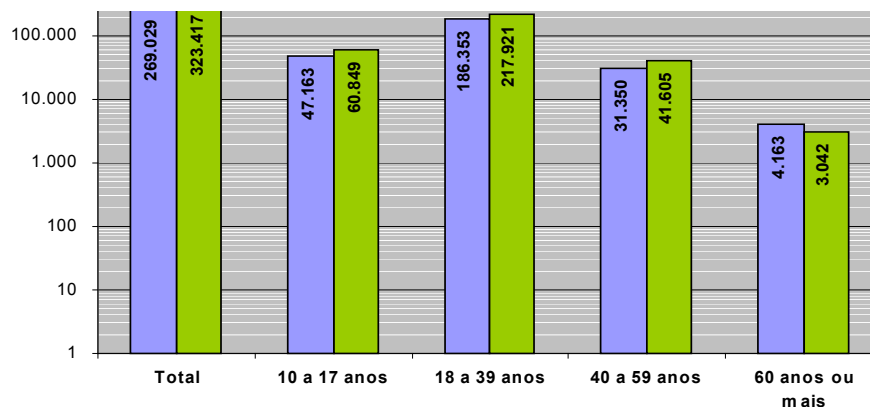


**Figura DDS 53.** População ocupada de 10 anos ou mais de idade por posição de ocupação – 1999 (Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 1999 [CD ROOM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE)

A Região Nordeste destaca-se, também, no caso dos empregados não remunerados. Nota-se que a menor taxa pode ser observada na Região Sudeste (4,2), e a maior taxa é apresentada na Região Nordeste (16,9).

Segundo a Pesquisa Nacional por amostra de domicílios divulgada em 1999 houve crescimento considerável das pessoas que procuravam trabalho no Estado do Ceará entre 1993 e 1995, em diversas faixas etárias.

■ 1993 ■ 1995



**Figura DDS 54.** Pessoas de 10 anos ou mais que procuram trabalho na semana de referência no Ceará - 1993-1995 (Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 1999 [CD ROOM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE)

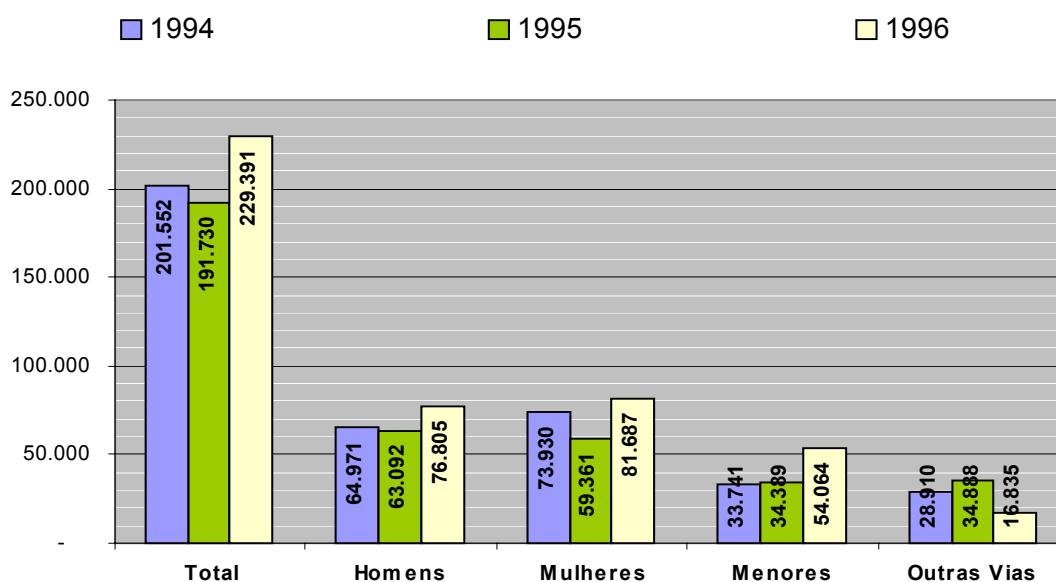
Nota-se que, em 1993, um total de 269.029 pessoas procuravam trabalho no Estado do Ceará. Já em 1995, este número cresceu para 323.417, o que representa um aumento de 20,2%. A procura pelo trabalho diminuiu no período 1993/1995 apenas entre as pessoas com 60 anos ou mais, ou seja, entre o segmento populacional que, em princípio, poderia pertencer à condição inativa<sup>17</sup>.

O Estado do Ceará, porém, apresentou sinais de crescimento econômico e, portanto, de empregos, a partir de 1996.

Conforme observa Vasconcelos:

“Em 1990, o PIB (Produto Interno Bruto) cearense representava cerca de 1,65% do PIB nacional e de 12,45% do nordestino. Em 1995, estas participações elevam-se para 1,72% e 13,3%, respectivamente, com expressivo ganho em relação ao PIB do Nordeste” (Vasconcelos, 2002).

Este fato está ligado ao esforço do Governo do Ceará em atrair indústrias das Regiões Sul e Sudeste, por meio de incentivos fiscais e de outras vantagens, o que pode ter refletido de maneira positiva no número de carteiras profissionais expedidas no Ceará.



**Figura DDS 55. Carteiras Profissionais Expedidas – Ceará**

Nota-se que, no período entre 1994 e 1995, há uma queda no número total de carteiras expedidas em todo o Estado. Mas, em 1996, esta situação aparece de forma invertida já que aponta para um crescimento considerável. Em números absolutos houve um acréscimo de 37.661 carteiras profissionais expedidas, o que sugere o início de um processo de aceleração da oferta de empregos no Estado.

Mas, de forma geral, os dados explorados coincidem com os depoimentos obtidos durante as reuniões realizadas na primeira semana de março de 2002.

Pelo registro dos depoimentos dos Secretários da Ação Social dos Municípios investigados nota-se a existência de um considerável quadro de desemprego, o que alimenta o crescimento do mercado informal na região.

<sup>17</sup> Segundo o IBGE, a condição inativa abrange os grupos etários de 0 a 14 anos e 65 anos ou mais, portanto, o contingente populacional ativo pertence ao grupo de 15 a 64 anos de idade.

Pode-se relacionar as atividades informais mais recorrentes segundo a avaliação das Secretarias da Ação Social. Entre elas, destaca-se o comércio ambulante, a venda de artesanato, serviços de moto-táxi e “guias” de turismo<sup>18</sup>.

No Município de Aquiraz, por exemplo, a Coordenadora Pedagógica de Secretaria da Educação revela a existência de políticas específicas para impedir a evasão escolar, especialmente a partir dos dez anos de idade. A situação de carência econômica reforça o crescimento do trabalho informal neste Município, principalmente, na área das praias, em atividades como pequenos comércios (barraqueiros, rendeiras e artesanato).

O depoimento obtido no Município de Trairi também merece destaque. Segundo a Secretária da Educação, as matrículas escolares são mais frequentes na sede do Município. Entretanto, na área litorânea, esta situação se inverte, ou seja, as matrículas são reduzidas se comparadas à área denominada por Sertão.

Ainda, conforme informações fornecidas pela Secretaria da Educação do Município de Trairi existe maior índice de analfabetismo entre os moradores da região das praias. Este fato estaria ligado às atividades desempenhadas de maneira informal, como a pesca, a agricultura de subsistência, o artesanato e o trabalho informal comum em engenhos produtores de rapadura e casas de produção de farinha de mandioca.

Evidentemente, as condições de trabalho informais assinaladas por representantes dos governos locais constituem um retrato da situação de desemprego na qual se encontra, neste caso específico, o Estado do Ceará. Este quadro, entretanto, não pode ser observado através dos dados brutos ou estatísticos gerais, conforme verificamos em relação às taxas de emprego e desemprego oferecidas pelo IBGE normalmente medidas a partir de grandes regiões.

Neste sentido, vale lembrar que, durante a aplicação de questionários referentes ao item “Capacitação da População para o Turismo” desse documento, a expectativa maior recorrente está ligada à capacidade da atividade turística criar e manter novos postos de trabalhos em todos os Municípios pertencentes à ÁREA DE PLANEJAMENTO.

Esta preocupação não está dissociada do objetivo do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável/Ceará de proporcionar a melhoria das condições de vida das comunidades locais que, em muitos casos, apresentam profunda vulnerabilidade frente ao crescimento do turismo.

A construção do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará<sup>19</sup>, por exemplo, tem sido objeto de preocupação do Governo do Estado, já que implica a realocação de uma comunidade já instalada há cerca de 60 anos no Município de Fortaleza. Trata-se da região do Poço da Draga, onde habitam cerca de 300 famílias em 291 domicílios, numa área cujo valor imobiliário é significativo, mas apresenta condições de vida extremamente precárias.

Mediante a perspectiva de garantir melhores condições de vida, a comunidade decidiu aceitar a proposta do Governo do Estado, desde que a mudança de domicílio realize-se dentro de uma área localizada a 600 metros do local onde atualmente residem<sup>20</sup>.

Vale notar que a reunião realizada no dia 8 de abril de 2002, juntamente com os integrantes da comunidade do Poço de Draga, permitiu observar profunda mobilização dos

---

<sup>18</sup> Segundo a Secretária da Ação Social de Paraipaba, os próprios proprietários dos Hotéis solicitam os “guias” de turismo de maneira informal. Trata-se de moradores que conhecem a região e atendem os visitantes quando há demanda.

<sup>19</sup> Embora o Estado do Ceará apresente uma vocação natural para o turismo propiciada por recursos naturais e condições climáticas favoráveis, esta atividade é realizada com sazonalidade considerável, especialmente nos meses de janeiro, dezembro e julho. Para incrementar a atividade turística em outras épocas do ano, o Governo do Ceará projetou a construção do Centro Multinacional de Eventos e Feiras do Estado do Ceará, com aproximadamente 15.000 m<sup>2</sup> (teatro, auditório, galpões e estacionamento).

<sup>20</sup> O novo conjunto residencial será construído ainda em 2002, de acordo com a Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA) do Estado do Ceará.

moradores no sentido de reivindicar melhorias socioeconômicas para aqueles a serem realocados. (Vide anexo A)

Tal movimento está expresso no documento sobre o “Projeto de Habitação e Qualidade de Vida à população do Poço de Draga decorrente da implantação de Centro Multinacional de Eventos e Feiras” organizado pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH).

“Este documento recomenda à coordenação do projeto e à comunidade os seguintes aspectos imprescindíveis inclusões de garantias para alterar a condição socioeconômica, no tocante à mudança radical de vida de cada habitante, necessária e obrigatória na nova condição de morar, isto é, passar da condição de pobre para a de classe média.” (CDPDH, 2002).

Foi possível verificar, também, que o Governo do Estado do Ceará, por meio do SEINFRA, pretende garantir aos moradores da comunidade melhores condições de vida, pois, consta, no Projeto, concessão de casa própria e desenvolvimento de alternativas de trabalho e renda, evitando-se que esta mudança tenha impactos nocivos à população do Poço de Draga, já sujeita a condições precárias de sobrevivência<sup>21</sup>.

É importante ressaltar, também, que na ÁREA DE PLANEJAMENTO existem comunidades indígenas que ainda lutam pela demarcação de terras tradicionais.

Os índios tapebas, situados no Município de Caucaia, já têm suas terras identificadas e delimitadas oficialmente pela FUNAI, conforme publicação em Diário Oficial da União de 13 de julho de 1993, no entanto, foram promovidas ações judiciais individuais e por empresas que procuram sustar o procedimento de demarcação da terra desse povo.

Segundo a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

“No caso específico dos tapebas, o Procedimento Administrativo já teve expedida a Portaria Declaratória de Demarcação de Terra, que pelo Ministro da Justiça,...) posteriormente, essa mesma portaria foi prejudicada em face do mandado de segurança promovido pela Prefeitura Municipal de Caucaia em 22 de outubro de 1997...” (APOINME, 2000).

Além dos povos tapebas, existe uma comunidade indígena chamada jenipapanindé no Município de Aquiraz. Segundo o APOINME, esta comunidade sofre as conseqüências na área da saúde mediante a poluição da Lagoa Encantada, utilizada pelo depósito de vinhoto. Além disso, tem a qualidade de vida ameaçada pela pesca predatória por parte de pescadores (uso de galões), pela utilização de água da Lagoa dos Tapuia, terra indígena, pela prefeitura de Pindoretama, pelo uso da água dessa lagoa para abastecimento da Empresa Pécem Agroindustrial Ltda. (“Ypioca”) de uma fábrica de papelão da mesma empresa e pelo desmatamento nas margens da Lagoa Encantada e Tapuio para plantio de roças (APOINME, 2000).

Na região metropolitana de Fortaleza existem os índios pitaguarys. Neste caso, a localização deste povo acompanha problemas complexos, pois está em um espaço de fluxo turístico.

---

<sup>21</sup> A Universidade Estadual do Ceará apresentou um “Plano de Realocação e Requalificação da Comunidade Poço de Draga” que inclui oito projetos ligados à qualificação profissional, educação ambiental e cidadania.

Ainda, segundo a APOINME, os índios pitiguays estão sujeitos à degradação em vários sentidos. Entre eles, observam que parte considerável da terra está sendo utilizada pelo Batalhão de Cavalaria da Polícia Militar, o que resultou em conflitos e perseguições de jovens indígenas.

Além deste fato, nota-se exploração turística do açude existente dentro dessa terra e da área vizinha, onde estão localizados “restaurantes” que exploram a prostituição, especialmente o turismo sexual e o consumo de bebidas alcoólicas.

As famílias dos pitiguays também são prejudicadas com a poluição da água do açude com matérias fecais e lixo, além da pesca predatória (malhadeira e galões), já que se abastecem dessa água para sua alimentação.

Outro fator relacionado pelo APOINME diz respeito à poluição sonora, principalmente, em períodos de maior demanda turística.

Observa-se, desta forma, que as comunidades indígenas estão situadas em áreas de profundos conflitos de invasão, ocupação e degradação ambiental, por exemplo, o que demonstra a necessidade e a urgência de proteção dos órgãos públicos oficiais tanto em instância federal quanto estadual.

Certamente, o incremento do turismo depende de diversos fatores, tais como melhorias na infraestrutura para atrair investimentos privados e melhoria da qualidade dos serviços prestados. No entanto, deve-se priorizar a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que vivem na região turística.

#### 3.2.4 Conclusão e tratamento dos problemas identificados

O estudo relativo à dinâmica social da ÁREA DE PLANEJAMENTO, permitiu identificar que os Municípios integrantes, apesar de inseridos em uma região geográfica que abriga os Estados mais pobres do país como Paraíba, Alagoas, Piauí e Maranhão, vêm demonstrando o início de um processo de transformações nos quadros sociais que apresentam baixos índices de desenvolvimento como renda, educação e saúde.

Contudo, a capital do Estado do Ceará apresenta indicadores socioeconômicos visivelmente superiores aos demais Municípios do Pólo, em virtude da presença de infraestrutura social e econômica mais desenvolvidas e em maior quantidade, o que melhora a qualidade de vida da população. Devem ser trabalhadas ações com o intuito de distribuir a renda nos Municípios e reduzir o desemprego, uma vez que se verificou um quadro nos municípios litorâneos de condições de trabalho informais, obrigando muitas vezes a população a parar seus estudos ou muitas vezes não iniciá-lo, retratando os altos índices de analfabetismo de algumas localidades.

Destaca-se que o Governo do Estado do Ceará tem realizado reformas administrativas no sentido de intensificar a redução dos índices indesejáveis de analfabetismo, defasagem escolar, mortalidade infantil, desnutrição e melhoria da oferta de emprego. Para erradicação ou melhoria do quadro de carências sociais evidenciados nos dados expostos, é evidente e primordial a necessidade de focalização de programas sociais para apoiar institucionalmente estas populações, especialmente aquelas que vivem na área rural e que ainda tem sua sobrevivência baseada na pesca ou em uma economia de subsistência. Caso contrário, acredita-se não ser possível melhorar as condições de vida das populações fixas dos Municípios de interesse desta análise.

Novamente, é enfatizado que o setor turístico é uma das principais possibilidades para o desenvolvimento no Estado, prova que, é considerado prioridade de investimento pelo governo. Assim, as populações locais só poderão alcançar benefícios com a implantação do Programa de Desenvolvimento de Turismo, mediante ações concretas coordenadas pelo poder público no que tange a superação de carências em setores essenciais.